

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2013-2017** -----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM CATORZE DE JULHO DE DOIS MIL E QUINZE** -----

----- **ATA NÚMERO SETENTA E SETE** -----

----- Aos catorze dias do mês de julho de dois mil e quinze, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, Av. de Roma nº 14 L – Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão e pela Excelentíssima Senhora Rosa Carvalho da Silva, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária, em exercício. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, André Moz Caldas, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Cristina Maria da Fonseca Santos Bacelar Begonha, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Diogo Feijó Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mandes Pinto, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Isabel Cristina Rua Pires, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Diogo Santos Moura, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, Joaquim Maria Fernandes Marques, John Law Rosas da Costa Jones Roque Baker, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Manuel Rodrigues Moreno, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida Maria Moura Alves S. A. Saavedra, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Elisa Madureira de Carvalho, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luisa de Aguiar Aldim, Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Ricardo Amaral Robles, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rita Susana da Silva

Guimarães Neves Sá, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sandra da Graça Lourenço Paulo, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Sandro Daniel dos Santos Gonçalves Araújo, Isabel Maria Teixeira Fraga, Miguel Martins Agrouchão, Carla Rothes, Jaime Correia da Silva Matos, Sandra Cristina Andrade Carvalho, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Luís Graça Gonçalves e Patrícia de Oliveira Caetano Barata. -----

-----Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Miguel Tiago Crispim Rosado e Nelson Pinto Antunes.-----

-----Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

-----José Roque Alexandre (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira.-----

-----Belarmino Ferreira Fernandes Silva (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Isabel Maria Teixeira Fraga. -----

-----Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Jaime Correia da Silva Matos.-----

-----Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Benfica, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputada Municipal Carla Rothes-----

-----Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes. -----

-----Carlos de Apóim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Patrícia Caetano Barata. -----

----- Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luís Graça Gonçalves. -----

-----Deolinda Carvalho Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Miguel Martins Agrouchão. -----

-----Mariana Rodrigues Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Sandra Cristina Andrade Carvalho -----

-----Fernando Nunes da Silva (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Sandro Daniel dos Santos Gonçalves Araújo.-----

-----A Mesa da Assembleia, reunida em 14 de Julho de 2015, deliberou:-----

----- Justificar as faltas dos Deputados Municipais Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves (PSD) e de Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, à 75ª Reunião da AML (2ª Reunião de Continuação da 3ª Sessão Ordinária) realizada em 30 de Junho de 2015.-----

----- A Câmara esteve representada pelo Exm^o. Senhor Presidente da CML Fernando Medina e pelos Senhores Vereadores: Duarte Cordeiro, Manuel Salgado, Graça Fonseca. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Alexandra Barreiras Duarte, João Gonçalves Pereira, Carlos Moura e Paulo Quaresma-----

----- Às quinze horas e vinte minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra deu a seguinte informação: -----

----- “Senhores Deputados Municipais, temos duas pessoas do Público para falar.-----

----- Queria dar-vos como informação o seguinte: é uma informação útil, imagino eu, sobretudo para alguns Grupos Municipais, nomeadamente o PAN, amanhã dia 15 de julho haverá no Jardim Fernando Peça, aqui mesmo ao lado da Assembleia Municipal vai-se comemorar o Dia das Medicinas Naturais, portanto, vão estar bancas das instituições com informação e produtos desde as 11 até às 7 horas da tarde, há demonstrações e aulas abertas de plantas medicinais, massagens, yoga, tai-chi e shi-kung para quem estiver interessado e às 19 horas mesa redonda sobre os benefícios e limitações das medicinas naturais e das terapêuticas não convencionais, é uma iniciativa que tem o apoio do Pelouro dos Direitos Sociais da Câmara Municipal de Lisboa, portanto, fica informado. -----

----- Temos duas pessoas inscritas novamente sobre a componente de apoio à família na Escola Básica e Jardim-de-Infância das laranjeiras, eu queria informar os Senhores Deputados do seguinte, vamos ouvir naturalmente estes dois cidadãos que se inscreveram na sequência da Petição que deu entrada sobre esta matéria e depois de em Conferência de Representantes termos estado a apreciar o assunto a Mesa admitiu a Petição e pediu alguma celeridade na sua apreciação, uma vez que isto se trata de uma coisa que tem a ver com o ano letivo, portanto, deveria ser apreciado pela Assembleia ainda no mês de julho, para não ser depois em cima do acontecimento. ----

----- Sendo assim eu pedia uma baixa à 7^a. Comissão, que é a Comissão de Educação, A Senhora Presidente da 7^a. Comissão entende, e eu penso que ela tem razão, que este é um assunto mais de Assuntos Sociais do que propriamente de Educação, porque se trata da componente de apoio à família e das atividades de apoio à família e, portanto, eu ainda não consegui falar com o Senhor Presidente da 6^a. Comissão, espero falar com ele ainda hoje, mas irei então pedir que baixe à 6^a. Comissão e aos Senhores Deputados que estão presentes que são da 6^a. Comissão pedia que tomassem a devida nota, que seria da maior conveniência que pudessem apreciar esta Petição até antes do final do mês, nós temos uma sessão no dia 28 de julho e o ideal seria que nós no dia 28 já tivéssemos a possibilidade de apreciar um Parecer da Comissão sobre esta matéria, portanto, estou a deixar aqui esta notícia, creio que o Senhor Presidente da 6^a. Comissão já cá está mas não me está a ouvir ou não é ele, não me está a ouvir mas já lhe chamarei à atenção e, portanto, queria dar estas informações antes de dar a palavra ao Público, uma vez que é assunto que interessa às pessoas que vão falar. -----

----- Passo a palavra agora ao Senhor Heitor Gomes. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **O Senhor Heitor Gomes**, Rua Virgílio Correia, Escola das Laranjeiras, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Eu posso, naturalmente, aguardar calmamente enquanto os Senhores Deputados falam sobre outros assuntos que não estão focados, ou que não estão relacionados com esta minha intervenção.”* -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu o seguinte: -----

----- *“Eu peço aos Senhores Deputados para ouvirem porque é para isso que nós estamos aqui.”* -----

----- **O Senhor Heitor Gomes**, continuou: -----

----- *“Muito obrigado, Senhora Presidente.”* -----

----- *Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, eu venho aqui hoje contar-vos uma história de sucesso. Uma história de sucesso que é suportada num modelo de participação da sociedade civil, cada vez menos frequente. E venho contá-la, hoje, com a preocupação de que se torne um mito, antes que faça parte de um passado feliz mas esquecido. Tenho essa preocupação enquanto pai.* -----

----- *Como Vossas Excelências naturalmente, saberão, e no âmbito da delegação de competências dos municípios nas freguesias, através da famosa Lei 75/2013, a Câmara Municipal de Lisboa decidiu muito recentemente, que a solicitação da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica delegar nesta Junta de Freguesia, a gestão da Componente de Apoio à Família, CAF, das três escolas do ensino básico do 1º ciclo, existentes em São Domingos de Benfica, no pressuposto que eu pessoalmente, considero do ponto de vista teórico, correto, da uniformização da oferta. Contudo, há uma história para contar. Uma história de uma Associação de Pais da Escola Básica das Laranjeiras cujo trabalho se tem pautado por um forte movimento parental, inovador, uma história que é presente atual, mas que tem perto de dois decénios. Não aconteceu hoje, não aconteceu no último ano letivo.* -----

----- *Não vos vou maçar, mas pedia a vossa atenção se a Senhora Presidente não se importasse, uma vez mais, advertir a Assembleia, por favor.”* -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu o seguinte: -----

----- *“Naturalmente, o farei. Naturalmente, o farei.”* -----

----- **O Senhor Heitor Gomes**, continuou: -----

----- *“Muito obrigado, Senhora Presidente.”* -----

----- *Numa das três dimensões de envolvimento parental, amplamente estudadas no meio académico, e quando é reconhecida a sua relevância no sucesso escolar das crianças.* -----

----- *Ao longo deste dois últimos decénios, Senhoras e Senhores Deputados, desenvolveu um trabalho de excelência e que foi reconhecido pela sociedade civil e, muito particularmente, pela comunidade escolar, constituindo uma referência para bastantes, associações de pais de outras escolas de Lisboa e de outros concelhos, que foram contactando a Associação de Pais da Escola Básica das Laranjeiras para questionar e para aprender. Há, portanto, aqui um capital que eu considero de excelência, apesar de ter a minha filha apenas há dois anos neste estabelecimento de*

ensino, e que foi devo dizer-vos inclusive, quase um estudo de caso no âmbito de um programa comunitário em que a Câmara Municipal está fortemente, envolvida, em que algumas associações de pais contactaram a APE 120, a Escola Básica das Laranjeiras, para com eles trocar ideias e aprender a base de um modelo sólido com provas dadas. -----

----- Posso dizer-vos só, a título de exemplo, muito rapidamente que, o primeiro e único orçamento participativo feito por um estabelecimento de ensino a ser efetuado em Lisboa, em moldes idênticos ao que nós temos, promovido pela Câmara Municipal, foi desenvolvido por esta Associação de Pais que contou com a participação não apenas das crianças, mas também da votação de pais. Um exemplo inovador ao nível nacional. -----

----- Senhoras e Senhores Deputados, no final desta sessão, se tiverem disponibilidade procurem no Google, vão ao motor de busca e procurem exemplos de cidadania e participação ativa por parte de associações de pais e ficarão muito espantados, muito provavelmente, com o que aparecerá, quase sempre, em primeiro lugar, o trabalho desenvolvido por esta Associação de Pais. -----

----- Devo também, dizer que desenvolve atividades únicas no contexto nacional, como a Escola de Pais, trazendo personalidades reconhecidas para várias conferências que tem tido um grande interesse. -----

----- Vou terminar, dizendo que estou preocupado com a mudança que vai ter um efeito disruptivo em várias dimensões e que tem de ser contemplada. E fiz uma pesquisa antes de vir para cá, e pude verificar da inconsistência da decisão política e da deficiente gestão processual neste período de transição que foi iniciada a pouco mais de dois meses do início do ano escolar, e fui ver que, de facto, em outras autarquias este processo é feito de uma forma mais consistente, com maior tranquilidade, preparado do ponto de vista formal, o ano letivo de antecedência. -----

----- Também pude verificar, Senhoras e Senhores Deputados, que o não reconhecimento da excecionalidade de excelência neste trabalho desenvolvido pela Associação de Pais, através de uma discriminação positiva, era possível. Em outras autarquias isso se fez, delegaram-se competências nas Juntas de Freguesia mas houve situações de exceção, portanto, aqui, também essa decisão política poderia ter acomodado essa decisão de exceção. -----

----- Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, vou terminar rapidamente. Já passei o meu tempo, mas não posso deixar de dizer que o processo não é irrevogável, não é uma decisão, ainda, tomada. Os meus filhos estão nesta escola por causa do trabalho desenvolvido, devo dizer-vos, por esta Associação de Pais e de todas as direções que nos últimos anos fizeram um bom trabalho. -----

----- E Senhoras e Senhores Deputados, é um sinal de maturidade democrática reconhecer o bom trabalho e premiá-lo. -----

----- O que vos peço aqui, hoje, convido-vos a estudar este dossier, a analisá-lo e a tomar uma decisão em consciência. Não é tarde demais e este processo não está finalizado. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu o seguinte:-----
----- “Se quiser deixar o documento para que conste em ata, poderá fazê-lo.” -----
----- **O Senhor Heitor Gomes**, respondeu: -----
----- “*Eu depois entregarei, Senhora Presidente.* -----
----- *Muito obrigado.*” -----
----- **O Senhor Franciscus de Brabander**, residente na Estrada da Luz, 130, 7º Esquerdo, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----
----- “*Muito obrigado. O meu nome é Brabander, sou holandês, e por isso não sou tão eloquente como aqui estão acostumados.* -----
----- *Eu vim a Portugal, em 2009, depois de trabalhar em várias empresas internacionais como gestor. Aqui em Portugal, fundou o site Pumpkin que é o site principal para as famílias e escolas, em Portugal.* -----
----- *Eu estou aqui para pedir a vossa ajuda para que seja reavaliada a forma como está a ser implementada a transferência da gestão do CAF da Escola Básica das Laranjeiras.*-----
----- *Em Julho, do ano passado, havia uma situação idêntica da Junta de Freguesia de Benfica, da Escola Jorge Barradas. Nesta escola, a Junta de Freguesia decidiu transferir a gestão do CAF da Associação de Pais para a Junta de Freguesia. A Presidente da Junta, Inês Drummond, garantiu que, na altura da transferência, não iria implicar despedimentos. Em outubro de 2014, o despedimento coletivo dos trabalhadores do CAF, cinco pessoas foram despedidas e o impacto para as crianças foi significativo.* -----
----- *O consultor para este processo foi o Ricardo Marques, o mesmo Senhor que agora é responsável pela transferência da gestão da Escola das Laranjeiras.* -----
----- *Eu não percebo porque é que vão copiar um processo que correu tão mal, com resultados desastrosos como aconteceu em Benfica, agora na escola das Laranjeiras. -*
----- *Com um profissional com experiência e gestão de vários projetos complexos, parece-me irresponsável de fazer aqui um processo complexo, sem qualquer interação com a Associação de Pais, e durante o período de férias, quando muitas pessoas não estão presentes.* -----
----- *Existe uma clara alternativa, e que funciona em muitas outras escolas, em Lisboa, onde a Associação de Pais é responsável pela gestão do CAF e do AEF. Mesmo que a entidade educadora dos protocolos tenha passado para a Junta. Por isso, espero a vossa ajuda. Espero que seja reavaliada a forma que está a ser implementada da transferência da gestão do CAF na Escola Básica das Laranjeiras.--*
----- *Aprendendo com os resultados desastrosos em Benfica, evitar os despedimentos coletivos da CAF, nas Laranjeiras, e uma dimensão da qualidade do serviço que está a ser prestado para as quatrocentas crianças das Laranjeiras.* -----
----- *Muito obrigado pela vossa atenção.*”-----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu o seguinte:-----
----- “Muito obrigada. -----
----- Lembrar aqui em nome da Assembleia Municipal que nós portugueses temos uma ligação muito forte a uma figura que é uma grande figura do vosso país Erasmo de

Roterdão, e uma das frases que Erasmo de Roterdão dizia é que “*A primeira fase do saber é amar os nossos professores*”. Talvez esta frase nos possa ser útil no momento em que estamos a meditar sobre os destinos das crianças de uma escola e de um jardim-de-infância. -----

----- Muito obrigada. -----

----- Senhores Deputados, terminou o período de intervenção do público. Vamos, agora, entrara na nossa ordem de trabalhos.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** fez a seguinte intervenção: ---

-----“Senhores Deputados Municipais terminada então esta parte dos nossos trabalhos, iremos então entrar no Período da Ordem do Dia.” -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** fez a seguinte declaração: -----

----- “Senhores Deputados, terminou a intervenção do Público e vamos agora entrar na nossa Ordem de Trabalhos. -----

----- Chamo a vossa atenção para que a nossa proposta 342, que era relativa ao Pavilhão Carlos Lopes foi adiada, o seu agendamento está previsto para o dia 28 de julho porque precisamos de fazer mais umas diligências ainda em sede de Comissão e, portanto, para não estarem a contar com a sua discussão hoje aqui. -----

----- Dizer também que o Relatório de Audição pública que nós realizámos na quinta-feira passada foi incorporado nesta Ordem de Trabalhos como um ponto autónomo e não apenas como um sucedâneo ou um anexo de outros pontos.” -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 1 – APRECIACÃO DA PETIÇÃO Nº 11/2015 – PARA OS MORADORES, COMERCIANTES E AMIGOS DAS AVENIDAS NOVAS SEREM OUVIDOS SOBRE A VENDA DOS TERRENOS DA ANTIGA FEIRA POPULAR, NOS TERMOS DA PETIÇÃO E AO ABRIGO 85º DO REGIMENTO; 2XGRELHA-BASE: 68M+10M PARA OS PRIMEIROS SUBSCRITORES. APRECIACÃO DO PARECER DA 1ª E 3ª COMISSÕES PERMANENTES.** -----

----- (A Petição n.º 11/2015 “*Para os moradores, comerciantes e amigos das Avenidas Novas serem ouvidos sobre a venda dos terrenos da antiga Feira Popular*”, ficam anexadas à presente Ata como **Anexo I** e dela fazem parte integrante).) -----

----- (O Parecer Conjunto da 1ª e 3ª Comissões Permanentes sobre a Petição e Relatório da audição pública de 9 de julho de 2015, fica anexada à presente Ata como **Anexo II** e dela fazem parte integrante). -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** fez a seguinte intervenção: ---

-----“Posto isto vamos apreciar em primeiro lugar a Petição 11/2015 apresentada pelas Associações de Moradores das Avenidas Novas e da Praça de Entrecampos, pelo direito dos moradores, comerciantes e amigos das Avenidas Novas serem ouvidos pela venda dos terrenos da Antiga Feira Popular, que é precisamente o assunto que nos traz a seguir na proposta que vamos discutir hoje aqui e, portanto, vou dar a palavra em representação dos peticionários ao Senhor José Toga Soares, a quem

agradeço, tem sido muito diligente, já estive na Comissão, já estive na Audição e agora de novo temos aqui a possibilidade de o ouvir.”-----

----- **O Senhor José Filipe Toga Soares representante dos peticionários** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado à Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Deputados, Vereadores presentes, Excelentíssimos Senhores, Órgãos de Comunicação Social, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

----- Agradecer desde já a todos aqueles que contribuíram para a nossa Petição, todos os que acreditam que a Política Local em sociedades democráticas não deve ser escrutinada apenas de 4 em 4 anos, mas que acreditam que há sempre uma palavra a ser dita pelos eleitores em matéria de vital importância para esta cidade.-----

----- Preocupa-nos o facto de a Câmara Municipal estar a querer vender um terreno, que a mesma apelida como sendo o coração de Lisboa sem apresentar os estudos mínimos em que se baseia, nomeadamente para pôr uma afetação de pelo menos 50% da superfície acima do solo para uso terciário e apenas 20% para habitação. Porque apenas 20% para habitação quando a Câmara afirma constantemente que é necessário atrair população para a cidade e quando esta é uma zona da cidade que nos últimos 20 ou 30 anos tem vindo a perder moradores? -----

----- Por outro lado um projeto desta envergadura vai trazer diariamente para aquela zona da cidade alguns milhares de pessoas, como o conseqüente aumento de circulação rodoviária em artérias que já hoje se apresentam permanentemente congestionadas em algumas horas do dia, a isto acresce o facto da proposta camarária prever os acessos automóveis ou ao estacionamento em subsolo terem de se realizar obrigatoriamente pela Avenida 5 de Outubro, ficando um eventual acesso pela Avenida da República condicionado à apreciação da Câmara Municipal de Lisboa em sede de licenciamento, tudo isto sem que se conheça um estudo prévio de circulação e densidade de tráfego. -----

----- Também nos preocupa o facto de a Câmara apenas impor ao futuro promotor em termos de contrapartidas a execução de um arruamento público na continuidade da Rua da Cruz Vermelha, entre a Avenida 5 de Outubro e a Avenida da República, parece-nos pouco, muito pouco mesmo se tivermos em conta que este foi um terreno que esteve sempre ao serviço da população de Lisboa e onde existia o Teatro Vasco Santana, seria importante do nosso ponto de vista que na venda deste terreno fossem consideradas contrapartidas para usufruto da população em geral, mas muito em particular daquela zona da cidade, quer na área cultural quer na área social, falamos de centros de dia, creches e centros de apoio escolar, zonas de lazer e parque infantis ou outros quaisquer equipamentos que apoiem uma comunidade que apesar de localizada no coração de Lisboa tem ainda bastantes lacunas deste tipo de valências. -----

----- Senhora Presidente, Senhores Deputados Municipais, estas são as preocupações das Associações de Moradores das Avenidas Novas e da Associação de Moradores da Praça de Entrecampos, preocupações essas manifestadas na audição pública da

passada quinta-feira, de forma construtiva e positiva, sublinho construtiva e positiva, não procurámos ser protagonistas mas não aceitamos ser ignorados!-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o qual saúdo pela forma como tentou esclarecer os presentes na audição deixou algumas perguntas por responder, por certo por lapso, mas seria importante que se obtivesse respostas para as seguintes perguntas: é verdade que se irá instalar nos terrenos da Feira Popular uma nova superfície comercial, isto quando existe no raio de 1 quilómetro pelo menos seis espaços com estas características? Quando se considera a Estação de Entrecampos pela sua localização, a estação por excelência da cidade de Lisboa não seria útil promover a criação de novas valências junto a este equipamento usando para isso uma parte dos terrenos da Feira Popular? -----

----- Em jeito de conclusão transmitir a esta Assembleia Geral, à Senhora Presidente e às 1.^a e 3.^a. Comissões em particular os agradecimentos em nome das duas Associações do Moradores pela atenção dispensada à nossa Petição e pela organização da Audição Pública que era uma das nossas pretensões. -----

----- Estamos como sempre estivemos abertos ao diálogo, sempre tendo em conta a defesa da qualidade de vida dos moradores das Avenidas Novas. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigada. Eu estava aqui a ver com a Câmara se queriam responder às questões concretas que pôs e eu já as recordo. -----

----- As questões concretas que o Senhor José Soares deixou aqui em aberto já foram suscitadas na Audição, não sei se depois alguém na Câmara querará responder, sobretudo a questão de saber se a Câmara está preocupada também com o excesso de oferta imobiliária para o setor terciário e se é verdade que se prepara a locação deste espaço para uma nova superfície comercial? Nestas questões era importante termos uma posição na Câmara. -----

----- Ouvida a intervenção do Senhor José Toga Soares eu vou passar a palavra a mim própria, se não me levam a mal, a seguir darei a palavra à Câmara, na medida em que fui eu a Relatora do Parecer sobre esta Petição. -----

----- Só foi aprovada ontem ao fim do dia, portanto, ele foi entregue em papel agora no princípio da Sessão ao Senhor José Toga Soares, provavelmente ainda não teve tempo para o ver mas o que é fundamental neste parecer é que são apresentadas as vossas razões, portanto, aquilo que está exposto na cata e na Petição que nos dirigiram, são explicadas as diligências que foram feitas quer da vossa audição, que está transcrito aqui um resumo do que se passou na sede da Comissão quer na Audição Pública, que há depois um relatório sobre a própria Audição Pública. -----

----- Estão aqui apresentadas as posições que os Senhores Deputados Municipais tiveram em sede de Comissão e a conclusão principal, a minha posição também está aqui esclarecida, chamando à atenção das quatro principais questões do meu ponto de vista que tinham que ser resolvidas relativamente à Petição que era a necessidade de uma grande clareza nos parâmetros urbanísticos, uma necessidade de elevar a percentagem mínima de habitação, uma necessidade de se saber com transparência e

antecedência o que é que vai ser construído ali, qual é que vai ser o futuro projeto de arquitetura e se ele pode ser sujeito a discussão pública, e finalmente o lembrar quanto às contrapartidas para a cidade e para a população que a Assembleia deve avaliar o que é que está nos parâmetros da proposta, nomeadamente em espaços verdes e área de circulação e lembrar também o terrenos de 12 mil metros quadrados na Álvaro Pais, a 350 metros deste terreno para localização de equipamento. -----

----- Seja como for e antes de dizer as conclusões e recomendações deste Parecer o que nós ontem vimos em sede de Comissão, reunião conjunta da 1ª. e da 3ª. Comissão foi que para responder às vossas questões o fundamental são as recomendações da proposta mesmo, a 395, portanto, as recomendações que estão aqui sobre a Petição são apenas recomendações sobre a cidadania e a participação, mas depois sobre as questões de fundo isso está no outro Parecer que vos foi também entregue, portanto, basicamente as recomendações que deixamos neste Parecer é no sentido de saudar as associações de Moradores das Avenidas Novas, saudar todos os participantes na Audição Pública, remeter aos seus subscritores, que são os Senhores, os Pareceres que foram aprovados ontem, apelar às vossas Associações de Moradores e aos subscritores no sentido de manterem a sua vigilância sobre os desenvolvimentos de todo este processo, convidando-os desde já a tecerem parte ativa em qualquer discussão que venha a ocorrer sobre pedidos de licenciamento para este local e recomendar, e esta Recomendação dirige-se à Assembleia, não aos Senhores, que isto foi uma coisa que foi suscitada na audição, que em próximas audições a Assembleia Municipal pondere a possibilidade de as realizar em local mais próximo da zona em discussão e se possível em colaboração com as Juntas da área, para promover a participação de um maior número, porque efetivamente foi registado e a própria comunicação se fez eco disso, que havia poucas pessoas na audição e, portanto, a Assembleia futuramente terá que pensar isto com um pouco mais de antecedência e procurar fazer isto de maneira a garantir uma maior participação dos cidadãos. -----

----- Portanto, está apresentado o meu relatório, existe baseado nestas conclusões que eu acabei de referenciar, uma recomendação que retoma estas conclusões e que portanto eu me dispense de voltar a repetir e gora iríamos dar a palavra quer sobre a Petição, quer sobre o Parecer, quer sobre a Recomendação a quem se inscreveu. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara fez-me sinal que queria esclarecer e eu dou-lhe a palavra desde já.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigada Senhora Presidente, só um esclarecimento muito breve para partilhar do entendimento que o munícipe aqui colocou relativamente à matéria. -----

----- O objetivo da Câmara com a configuração que adotou não é o de promover o aparecimento naquela zona de uma grande superfície comercial, não é esse o objetivo, aliás, consideramos que esse aspeto não é favorável ao desenvolvimento daquela zona que se encontra aliás relativamente bem servida e circunscrita. -----

----- A prioridade no desenvolvimento daquela zona, como bem tentei expor aqui e espero que a proposta também seja clara nesse aspeto, é o desenvolvimento de zonas

de escritórios, em particular em segmentos porque essa oferta não existe hoje na cidade de Lisboa, para poder apoiar a recuperação do emprego na cidade. -----

----- Admitindo naturalmente uma parte de construção para habitação, mas pretendendo também que ela não seja maioritária dada a importância de continuarmos numa política de reabilitação forte e dado também o facto de com probabilidade a construção que sairá deste empreendimento ser para segmentos muito elevados, por isso a nossa prioridade é a oferta de espaços para serviços e não de zonas comerciais e muito menos do estilo de um *shopping center*, naturalmente que se admite e é desejável que hajam espaços comerciais, naturalmente, mas é para nós indesejável, não é o nosso objetivo que nasça ali um novo shopping center, por isso mostrar a disponibilidade e espírito positivo que tem havido sempre em torno deste processo dentro da Câmara, mas também na Assembleia e também dentro da Câmara e Assembleia, de eventualmente alguma precisão que possa nascer daqui até ao final deste processo poder discutir-se se houver necessidade de fazer essa melhoria na proposta da Câmara. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente. -----

----- A Mesa agora vai dar a palavra aos Senhores Deputados Municipais que estão inscritos.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Deputados Municipais e caro Público. -----

----- Gostaria de em primeiro lugar saudar os peticionários pela iniciativa de apresentarem uma Petição à Assembleia, mais ainda quando a mesma é subscrita por duas Associações de Moradores e mais de 351 cidadãos, o que só pode significar que os cidadãos estão preocupados com a sociedade e em particular com a sua comunidade e com as decisões que os Órgãos Autárquicos tomam e que tem implicações diretas no futuro e na qualidade das suas vidas e das gerações vindouras, dizer também que o CDS se solidariza e se associa às preocupações levantadas pelos peticionários considerando que a Petição essencial da discussão da Proposta e a Audição aos mesmos foi cumprida, aquando das audições em sede de Comissão e posteriormente em realização da Audição Pública, realizada em 9 de julho, com a participação do Senhor Presidente da Câmara. -----

----- O CDS não irá alongar a sua intervenção e, portanto, a sua posição relativamente à hasta pública dos terrenos da Feira Popular, deixando esse momento para a discussão da proposta em si, bem como considera escusado intervir no ponto referente ao Relatório da Discussão Pública, sendo a mesma uma das diligências desta Assembleia para responder ao apelo lançado pelos peticionários.-----

----- No entanto não podemos deixar de dar o nosso contributo face às preocupações manifestadas na Petição, além das conclusões e recomendações apresentadas no Parecer e aproveitando para saudar a Senhora Presidente pelo trabalho de síntese numa matéria que é densa e de complexa perceção ao comum cidadão não podemos

deixar de registar como positiva a regeneração de um espaço importante de Lisboa, que se tornara há mais de dez anos numa ferida da cidade. -----

----- Concordando com a alienação dos terrenos é transversal a todos a preocupação com o impacto que uma construção que abrange mais de 143 mil metros quadrados irá trazer para esta zona da cidade. -----

----- Em primeiro a opção por uma construção única em detrimento de uma operação de loteamento, as razões para esta opção já foram apontadas, no entanto o CDS propôs em sede de Câmara que não fosse permitida a execução da obra de forma faseada para evitar a existência de estaleiros por 10, 20 ou 30 anos, proposta essa acolhida pelo Executivo. -----

----- Por outro lado e tendo em conta a proximidade com espaços verdes de grande dimensão, como é o caso do Campo Grande importa avaliar o impacto ambiental, nomeadamente o sonoro que será previsivelmente aumentado com o acesso a esta zona da cidade. -----

----- Em terceiro é essencial um estudo de tráfego, as peças propõem que o acesso a estacionamento seja efetuado pela Avenida 5 de Outubro, ora para quem habitualmente percorre esta avenida sabe bem que a densidade de tráfego automóvel é alta, a que acresce o facto de existirem apenas duas faixas de rodagem em cada sentido, sendo que uma delas está muitas das vezes ocupada com viaturas em segunda fila, seja de particulares seja para cargas e descargas. -----

----- A outra questão de mobilidade prende-se com o prolongamento da Rua da Cruz Vermelha até à Avenida da República cortando a meio o terreno em causa, se por um lado é necessário aliviar a carga automóvel no acesso à Avenida da República pela Avenida António Serpa é certo que a juntar ao acesso ao estacionamento trará ainda mais problemas para a 5 de Outubro que importa equacionar. -----

----- Uma vez mais insistimos no necessário estudo de tráfego aquando da apresentação do projeto de arquitetura. -----

----- No que respeita à posição dos petionários sobre a construção de um equipamento público a proposta refere a afetação do terreno na Avenida Álvaro Pais de 12 mil metros quadrados, para esse fim. -----

----- Acreditamos firmemente e essa avaliação decorre da leitura da proposta que não há relação direta entre a hasta pública e a construção de equipamento uma vez que existem compensações urbanísticas baseadas no valor do metro quadrado do terreno, ou seja, sendo intenção do Executivo afetar um terreno para equipamentos aquando da discussão desta proposta e porque essa intenção é apenas materializada nesses documentos, nos considerandos da proposta importa que a Câmara Municipal deixe claro e de forma taxativa que o equipamento por si a construir, às suas expensas, terá o prazo máximo de edificação de 10 anos, deixando para durante esse processo a avaliação da escolha do tipo e uso de equipamento face às necessidades existentes a esse período e após análises dos parâmetros definidos nas cartas de equipamentos municipais. -----

----- Por fim e no que respeita à afetação de construção para habitação o PSD defendeu em Câmara que pelo menos fosse exigida a percentagem mínima prevista em PDM que é de 20%, proposta que acompanhámos. -----

----- No parecer da proposta 395/2015 é recomendado o aumento para 25%, proposta essa que também iremos acompanhar, no entanto importa salvaguardar que esses fogos serão para usos exclusivo de habitação permanente e que não serão utilizados para outros fins, cumprindo assim o desígnio do repovoamento da cidade. -----

----- Gostaríamos ainda de salientar a preocupação na atenção dada aos futuros espaços públicos, quer na envolvente do terreno quer nas zonas de atravessamento, bem como nas áreas verdes a implementar, que irão certamente humanizar o espaço urbano. -----

----- Em suma iremos assistir à regeneração urbana de parte importante do tecido urbano da zona norte de Lisboa, contudo iremos estar atentos e alertas e estendemos esse repto quer às Associações de Moradores quer aos munícipes quanto à solução urbanística e arquitetónica que será submetida à apreciação da Câmara exigindo aliás uma ampla discussão pública sobre essa solução e consequências de impacto da mesma na zona envolvente e na cidade. -----

----- Da nossa parte, da parte do CDS, fica esse compromisso. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal John Baker (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Colegas. -----

----- Em primeiro lugar o Partido da Terra gostaria de saudar os Petitionários da Petição nº. 11 hoje em apreciação nesta Assembleia. -----

----- A Associação de Moradores das Avenidas Novas e Associação de Moradores da Praça de Entrecampos vem demonstrar a sua preocupação com a venda em hasta pública dos terrenos da antiga Feira Popular. -----

----- O partido da Terra acompanha a totalidade dessas preocupações pois devido à dimensão do terreno, os impactos irão ser sentidos não só nas proximidades mas também um pouco por toda a cidade. Aquilo que é hoje conhecido sobre o futuro desses terrenos é apenas os parâmetros urbanísticos que o futuro comprador terá que respeitar para o desenvolvimento do projeto. -----

----- Pensamos que esses parâmetros poderiam ir um pouco mais longe, nomeadamente na garantia de contrapartidas, contudo achamos determinante assegurar a revitalização desta área nobre da cidade com um projeto que seja digno e que retribui e incremente qualidade de vida dos residentes e dos que trabalham em Lisboa. -----

----- É fundamental que esta participação continue ativa na fase de apresentação do projeto de licenciamento e que o Executivo Camarário corresponda com a mesma abertura em discutir o projeto publicamente, bem como incorporar contributos dos moradores. Já terminei Senhora Presidente, muito obrigado. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados e Senhores Peticionários. -----
----- Em primeiro lugar, o Grupo Municipal do Partido Ecologista “Os Verdes” gostaria de saudar esta iniciativa e os peticionários que, com a presente petição, alertaram para a necessidade e o direito de os moradores, comerciantes e amigos das Avenidas Novas, serem ouvidos previamente sobre a venda dos terrenos da antiga Feira Popular em Entrecampos.-----
----- Os peticionários alegam que tiveram conhecimento da intenção de venda destes terrenos por parte da Câmara através da comunicação social entre Março e Abril, e que a autarquia o pretendia fazer ainda durante o primeiro semestre deste ano. Portanto, num prazo de dois meses após ter sido tornada pública esta intenção.-----
----- Referem também a pouquíssima informação disponibilizada pela autarquia, estando prevista a possibilidade de construção de habitação, serviços, comércio a retalho e hotelaria.-----
----- Ou seja, tudo isto seria possível construir nos terrenos onde funcionou a Feira Popular.-----
----- Interrogam-se sobre se haverá espaços de lazer e cultura e defendem que é necessário promover uma oposição a esta venda precipitada, sem que os moradores da área circundante, os seus representantes, os eleitos locais, a população em geral e a cidade tenham tido direito a serem ouvidos num processo transparente de discussão pública sobre o que ali poderá e deverá ser construído.-----
----- Perante o que nos é apresentado na petição que agora apreciamos, “Os Verdes” partilham destas preocupações e diligenciaram, inclusivamente, no sentido de haver uma maior transparência no processo de alienação dos terrenos da antiga Feira Popular, envolvendo e auscultando todos os interessados, dada a importância estratégica destes terrenos. Entendemos que o que vier a ser construído nestes terrenos terá não só implicações diretas na zona circundante, mas também em toda a cidade de Lisboa.-----
----- Da forma como as notícias surgiram e tendo em conta a importância destes terrenos defendemos, acima de tudo, transparência nesta parte do processo, já que no passado o processo Parque Mayer/Feira Popular ficou marcado pelas piores razões. Já na altura defendemos a legalidade e a transparência do processo, e agora continuamos a defendemos estas duas características absolutamente fundamentais e que, na nossa opinião, deverão estar sempre presentes nas intenções da Câmara Municipal de Lisboa.-----
----- Por tudo isto e por entendermos que esta iniciativa veio, e bem, alertar para a necessidade de haver mais auscultação, discussão, partilha e clareza em processos que dizem respeito à cidade e aos cidadãos, reiteramos a nossa saudação a esta petição e aos seus peticionários.”-----
----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa-tarde Senhora Presidente, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Público presente, Peticionantes. -----

----- Estamos a discutir a Petição nº. 11/2015 sobre a venda dos terrenos da antiga Feira Popular, subscrito por 341 peticionários, o que torna obrigatória a discussão nesta Assembleia, dirigido por Associações de Moradores das Avenidas Novas e da praça de Entrecampos tornaram conhecimento à comunicação social da intenção da Câmara de Lisboa de vender ainda no primeiro semestre de 2015 os terrenos de Entrecampos, da antiga Feira Popular.-----

----- O Bloco de Esquerda acompanha os moradores sobre as suas dúvidas e até perplexidades perante um terreno no coração de Lisboa, apresentado como o última oportunidade para desenvolver um projeto imobiliário no centro de Lisboa, onde pouca informação é adiantada no *site*. -----

----- Simplesmente se adiante que se prevê a possibilidade de construção da habitação, serviços, retalho e hotelaria e continuam que não pode promover e vender assim um património único de 143 mil metros quadrados no centro de Lisboa como se estivesse a vender um qualquer terreno para construção de um simples prédio. -----

----- Os moradores das área circundante e a população em geral e a cidade têm o direito de saber o que é que ali poderá ser construído, como querem ser ouvidos num processo transparente de discussão pública que defina as regras que devem ser analisadas e apenas depois de estarem bem definidas essas regras se deve partir para um processo de venda. -----

----- Quais as contrapartidas para um projeto desta dimensão, que poderá trazer para a cidade? Haverá áreas de lazer e cultura ou espaços verdes? Ou teremos apenas 143 mil metros quadrados de betão, colocam os peticionantes. -----

----- Os peticionantes entendem que é necessário se promover uma oposição a esta venda precipitada, onde o único parâmetro de decisão e o preço de quem der mais tem regras, sem se saber antes o que é que ali se poderá construir, sem audição das populações e dos seus representantes, em resumo sem transparência, que vemos como fundamental a abertura de um período de discussão pública. -----

----- Embora a discussão pública tivesse pouca gente, aquela que foi aqui promovida, foi importante ouvir os cidadãos sobre a alienação dos terrenos, foi importante a crítica pelo facto de não estar a ser contemplada a construção no local de qualquer equipamento e a reduzida área reservada área habitacional foram algumas das críticas feitas pelos oradores, a saber porque é que está previsto o empreendimento que foi construído no local tenha uma predominância de comércio e serviços de pelo menos 60% de superfície de pavimento, não de habitação, uso para a qual foi reservada uma percentagem mínima de 20% e que no máximo pode ascender a 40%, o que não acreditamos porque a discussão em Câmara não aponta para essa dimensão. -----

----- Porquê apenas 20% de habitação quando a Câmara afirma constantemente que é necessário atrair população para a cidade? Foi de novo perguntado. -----

----- Manifestámos a preocupação pelo empreendimento o que vai trazer a artérias já congestionadas, de um caderno de encargos de hasta pública deveria constar a

obrigação de promover construir equipamento cultural, fosse um teatro, com o antigo Vasco Santana ou um espaço mais abrangente com capacidade para receber atividades culturais diversas, a instalação de estruturas de educação e creche, como foi muito bem aqui apontado. -----

----- Foi muito bem lembrado que continua a não haver uma Feira Popular em Lisboa, bem como a enorme preocupação por se estar a ser uma zona com muito pouca vida de rua, pouco confortável para um cidadão vir a habitar no futuro ser uma área povoada de escritórios, na qual ao fim do dia se vê muito pouca gente na rua, foram vencidas as dúvidas e as perplexidades dos moradores? Vão ser respeitadas algumas destas sugestões? Não! -----

----- Na opinião do Bloco de Esquerda só a especulação imobiliária é que conta para a Câmara que defendeu as vantagens de promover uma alienação única e não de parcelas, sustentando que essa opção vai permitir que 50% da área seja aberta à circulação do público, 30% da área de verde e de uma vontade de muitas empresas se instalem em Lisboa, mas que não encontram locais com a dimensão necessária. -----

----- Nesta área é mais vantajoso consolidar o comércio e serviços e que a construção da habitação irá ser colocada no mercado para segmentos muito elevados, se sarar aquela que é a única ferida da cidade significar especulação, mais Vistos Gold, para a nossa cidade bem pode morrer sentado à espera do seu repovoamento e que a ferida feche! -----

----- Consideramos ainda que sobre as conclusões e recomendações, e queria discordar da Senhora Presidente, ou da nossa Relatora, sobre o problema das conclusões e recomendações, eu acho que era salutar para este espírito e para toda esta discussão que acho que foi muito insuficiente e acho que para os bons trabalhos daquilo que se pretende ser o esclarecimento dos moradores e por outro o trabalho aqui da Assembleia Municipal não basta saudar, porque se nós vímos bem o problema das conclusões e recomendações é que são quase saudações e remete-se para proposta aquilo que eram algumas das conclusões importantes que estivessem aqui, para saber da disponibilidade da Câmara é que se teria vontade de ir ao encontro de algumas das preocupações manifestadas pelos Membros desta Assembleia e pelos Moradores Peticionantes das áreas circundantes à Feira Popular, por isso aquilo que eu vejo é que devíamos incluir as três ou quatro questões que a Senhora Relatora colocou em nome dela, sobre o problema da clareza dos parâmetros urbanísticos em que se baseia a proposta de alienação e que não sei salvaguardada a qualidade de vida, qualidade ambiental da zona bem como uma boa acessibilidade e fluidez do trânsito da zona, a necessidade de elevar a percentagem mínima da habitação, a necessidade de saber com transparência e transparência o que poderá construir-se no local, o que implica que o futuro projeto de arquitetura seja submetido a discussão pública. -----

----- Portanto, muitos destes pontos que nos parece a nós que seria importante ouvir a seguir a Câmara, a seguir a esta Petição, ouvir a Câmara, quais são as suas disponibilidades e as suas vontades e depois dessa discussão nós profundarmos nesta discussão então voltaríamos aqui para discutir a proposta já com algumas correções ou

não e depois continuaríamos para a frente se isto fosse um propósito de servir os lisboetas e não só vender a toda a pressa o património. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Saudamos os Peticionários e manifestamos a concordância com a generalidade das questões colocadas que avisam a qualidade e o equilíbrio urbano nesta zona da cidade. -----

----- A discussão da Petição sobre pôs-se no tempo à proposta da Câmara Municipal que não contempla as questões por eles apresentadas e assim o Parecer da 1.^a e 3.^a Comissão, apesar de circunstanciado, não vai mais longe que a própria proposta da Câmara. -----

----- A valorização que damos à participação popular não se limita à apresentação de solicitações aos peticionários, achamos que é necessário, é preciso responder em todo ou em parte às suas preocupações e sugestões. -----

----- Os peticionários foram ouvidos mas não houve diálogo porque o modelo camarário da estruturação urbanística para os terrenos da Feira Popular já pré-definido tem como critério major a venda com grandes vantagens económicas pelo que qualquer limitação ou constrangimento a este objetivo é de rejeitar, mais uma vez estamos perante uma intervenção urbanística onde a contradição de interesses entre os construtores imobiliários e algum caso quase sempre especulativo e os povos de Lisboa, portanto, a contradição de interesses entre os construtores de uma imobiliária e os povos de Lisboa foi resolvido a favor dos primeiros, não pode merecer naturalmente a nossa concordância! -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** fez a seguinte intervenção: ---

----- “Muito obrigada Senhor Deputado Municipal. -----

----- O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo é o último inscrito nesta matéria. Nós a seguir iremos pôr à vossa consideração a Recomendação n.º. 1/77 e depois passaremos ao Relatório da Audição Pública. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Secretários da Mesa, caras e caros Colegas Municipais, Senhoras e Senhores Vereadores. -----

----- Três notas muito breves, uma primeira para saudar os Peticionários, como o seu representante aqui disse hoje é positivo este envolvimento e em especial da forma como foi feito, seja o modo construtivo de querer contribuir para fomentar o debate, para expressar preocupações, para dar ideias, ganha a cidade, ganham os Órgãos Municipais quando ouvem as populações de modo a que tomem melhores decisões e também deixaram aqui uma sugestão que eu acho que deveremos sempre ponderar em processos futuros, que depois naturalmente também seja esta auscultação pública feita

nos locais mais próximos de onde as pessoas moram, mais próximos dos projetos e dos processos que estão em causa e não tanto, apenas e só nos órgãos do Município. ---

----- Depois saudar também o Partido Ecologista Os Verdes e a Presidente da Assembleia Municipal Helena Roseta porque em boa-hora foi também apresentada a proposta de um Debate, que foi transformado numa Audição Pública, eu acho que isso independentemente da participação acabou por ajudar ao Debate Público e ao esclarecimento sobre a proposta. -----

----- Em relação àquilo que foram as preocupações dos Peticionários nós, Partido Socialista tomámos boa nota dessas preocupações e achamos que no essencial várias dessas preocupações estão refletidas na proposta de parecer e de recomendação á Câmara que foi aprovado ontem nas Comissões da Assembleia Municipal.-----

----- Naturalmente que registámos que não existia por parte dos Peticionários uma oposição à alienação em hasta pública que eram favoráveis no essencial àquilo que nós também partilhamos, que é preciso resolver urgentemente aquele problema que se arrasta há dez anos ali no coração da cidade, um espaço totalmente abandonado e degradado e depois tinham algumas recomendações no que toca à percentagem destinada ao uso habitacional. -----

----- Entendemos que essa é uma matéria que merece naturalmente reflexão, que já temos aqui propostas em cima da mesa por parte dos pareceres e uma proposta que foi apresentada pelo Partido Social Democrata e já tivemos também a disponibilidade reiterada do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa Fernando Medina, no início desta reunião para estar disponível para acolher ideias e sugestões e portanto naturalmente que esta preocupação com a vertente de habitação será refletida ao longo desta tarde e destes debates. -----

----- A matéria dos equipamentos que foi também colocada, nomeadamente aquilo que será feito na parcela da Avenida Álvaro Pais é uma preocupação que todos nós partilhamos, acolhemos e que também temos aqui propostas em cima da mesa, nomeadamente de andarem a par com a execução temporal de todo o projeto. -----

----- A matéria do estacionamento, matéria do tráfego, entrada nos estacionamentos subterrâneos é algo que foi levantado pelos peticionários, tudo o que tem a ver com a mobilidade na zona envolvente, nós entendemos que essa é de facto uma preocupação que deve ser acautelada, que deve ser feito naturalmente um estudo de tráfego e que eventualmente até na proposta em apreço já se podia ter ido um pouco mais além na identificação daquilo que são os problemas que devem ser supridos e que devem ser minimizados, mas também aqui achamos que esta Assembleia Municipal e a Câmara Municipal irão responder às preocupações dos Peticionários. -----

----- Um último ponto que foi muito levantado e que também consideramos pertinente e que estamos em condições, penso eu, de dar resposta, é o facto de o projeto de identificação ser precedido de um amplo debate público que envolva as populações e as Associações de Moradores, os Órgãos Municipais, nós achamos que isso é claramente positivo e, portanto, termino como comecei, saudando os Peticionários, demonstrando a nossa disponibilidade para corresponder na medida do possível àquilo que são as suas preocupações, mas também saudando o Presidente da Câmara

Municipal de Lisboa Fernando Medina, que tem manifestado ao longo de todo este processo, quer na Câmara Municipal quer na Audição Pública, quer hoje aqui já, toda a abertura para consensualizar ideias, propostas, para ir melhorando aquilo que está em cima da mesa no sentido de resolver um problema que já se arrasta há dez anos. ----

----- É algo que eu penso que nós devemos valorizar e nós Grupo Municipal do Partido Socialista valorizamos, a disponibilidade para procurar aperfeiçoamentos, para procurar compromissos, ainda por cima quando essa disponibilidade está alicerçada numa maioria sólida e ampla, mas essa maioria deve ser bem utilizada e bem utilizada, é estar permanentemente como já demonstrou e volta a demonstrar hoje aberto ao diálogo com todos os Grupos Municipais, assim venham as sugestões, as propostas, porque existe essa disponibilidade para tudo debater, para tudo analisar, para consensualizar e com isto tudo pensar que estamos a corresponder ao objetivo da Petição, dar resposta aos problemas que nos foram colocados, às ideias, às sugestões e às inquietações. Muito obrigado senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** fez a seguinte intervenção: ----

-----“Muito obrigada Senhor Deputado Municipal. -----

----- A Mesa não regista mais pedidos de palavra, neste momento estamos em condições por isso de passar à votação da Recomendação n.º 1/77, se não me levam a mal apenas esclarecer na qualidade de Relatora e não naturalmente de intervindo, que não posso, esclarecer que as notas que estão no Parecer sobre esta Petição, que refletem a posição de Relatora, foram integralmente tidas em conta nas recomendações que são feitas na Proposta 395, só por isso é que não foram repetidas aqui, portanto, apenas dar esta explicação.-----

----- Agora vamos passar para a Recomendação n.º 1/77 da 1ª e 3ª Comissões Permanentes sobre a Petição n.º 11/2015.-----

----- **Recomendação n.º 1/77 resultante do Parecer Conjunto das 1ª e 3ª Comissões Permanentes sobre a Petição n.º 11/2015, “Para os moradores, comerciantes e amigos das Avenidas Novas serem ouvidos sobre a venda dos terrenos da antiga Feira Popular”.**-----

----- A Recomendação n.º 1/77 fica anexada à presente Ata como **Anexo III** e dela faz parte integrante).-----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Recomendação n.º 1/77 resultante do Parecer Conjunto das 1ª e 3ª Comissões Permanentes sobre a Petição n.º 11/2015, “Para os moradores, comerciantes e amigos das Avenidas Novas serem ouvidos sobre a venda dos terrenos da antiga Feira Popular”.**-----

----- A **Recomendação n.º.1/77**, sobre a Petição 11/2015 e que recolhe as recomendações que foram aprovadas na Comissão ontem do Parecer respetivo. A Recomendação 11/77 não teve votos contra e teve abstenções do PCP e do PEV. Votaram a favor o PS, PSD, BE, CDS/PP, MPT, PAN, PNP e 6 IND. Foi **aprovada por maioria a Recomendação 1/77.**-----

----- Vamos passar ao ponto seguinte, que é o **Relatório da audiência pública**, fui também eu que o fiz, eu não vou aqui apresentar-vos o Relatório uma vez que ele está disponível no *site*, dizer-vos apenas Senhores Deputados que os Serviços já me

entregaram a transcrição integral da audição que eu vou adicionar a o Relatório para toda a gente poder ver a transcrição integral, uma vez que o Relatório é sintético, é um resumo das intervenções e o Relatório remete na sus conclusão naturalmente para as conclusões de Petição e da Proposta e tem aquela Recomendação específica da Assembleia Municipal ponderar a possibilidade de realizar as próximas Audições Públicas na zona mais próxima do local da discussão, etc., etc., isto já foi incluído na Recomendação que acabámos de aprovar.”-----

----- A Mesa vai colocar à apreciação o **Relatório da audição pública de 9 de julho de 2015** sobre a Petição n.º 11/2015, subscrito pela Senhora Presidente da AML e pelas 1ª e 3ª Comissões Permanentes. -----

----- (O Relatório de Audição Pública fica anexada à presente Ata **como Anexo IV** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa-tarde Senhora Presidente, boa-tarde a todos e a todas.-----

----- Antes do mais dar os parabéns à Relatora, foi um tempo recorde para poder ter pronto o Relatório, estamos de acordo com ele, relata bem, que é o objetivo de um relatório.-----

----- Lamentamos que uma discussão tão importante como esta tenha tido a participação que teve, foram convidados os cidadãos, vieram os que estavam mais informados, mais mobilizados e com mais informação sobre este tema, é verdade que a Assembleia Municipal quis ouvir os cidadãos, também é verdade que muitos lisboetas não quiseram vir fazer esta discussão.-----

----- Há um fator que gostaríamos de destacar nestes processos, enquanto apelamos a que haja uma consulta para que as pessoas se pronunciem, é que essa consulta tenha uma efetividade de deliberação ou uma efetividade de transmissão da discussão em curso e fomos favoráveis a que a consulta se fizesse, foi importante que tivesse sido feita, mas teria sido muito mais importante se tivesse sido feito com mais tempo, ela foi feita no dia 9, a semana passada, na quinta-feira e hoje estamos a tomar a decisão final, mais tempo teria beneficiado, teria mobilizado mais gente para a participação, ainda assim os cidadãos que estiveram presentes trouxeram temas importantes: o tráfego, a questão do excesso do setor terciário, a necessidade do repovoamento da cidade, a questão da falta de equipamentos, a falta de alguma abertura neste processo de participação, houve até uma sugestão do que poderia ter sido um referendo e, portanto, as questões foram colocadas pena é que tenha sido com tanta falta de tempo para fazer a discussão que devia ter sido feita.”-----

-----**A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada.-----

----- Em primeiro lugar e ainda antes de nos pronunciarmos sobre o relatório referente à audição pública sobre a alienação dos terrenos da antiga Feira Popular, “Os Verdes” querem lembrar que, por sua iniciativa, foi apresentada aqui na Assembleia Municipal, a 16 de Junho, uma recomendação para que a CML promovesse a

realização de um debate público alargado de ideias sobre a utilização a dar a estes terrenos. -----

----- Esse ponto deliberativo acabou por ser retirado por nós, para dar origem a uma nova proposta conjunta da Mesa da Assembleia e do Partido Ecologista “Os Verdes”, aprovada por unanimidade em plenário, com vista a promover uma audição pública a todos os interessados, a realizar na Assembleia Municipal, quando fosse conhecida a proposta de alienação da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Assim, a audição pública teve lugar no passado dia 9 de Julho, sendo que foram manifestadas pelas pessoas presentes algumas preocupações e apreensões diversificadas sobre o futuro deste terreno central da cidade de Lisboa. Destacamos algumas dessas preocupações pois são também aspetos que nos preocupam e que nos fazem ter algumas reservas. -----

----- Por exemplo, preocupa-nos o facto de não estar contemplada a obrigação de o promotor reconstruir o antigo Teatro Vasco Santana enquanto elemento de memória histórica daquele espaço, quer do ponto vista cultural quer também do ponto de vista político, que deveria ser preservado. -----

----- Há também dúvidas e reservas em relação ao previsível acréscimo de veículos numa zona da cidade já de si bastante congestionada em termos de tráfego automóvel.

----- Depois, há alguma precipitação em alienar este terreno, sem que o executivo camarário tenha escolhido a localização para o novo Parque de Diversões ou Feira Popular, pois a cidade está privada de um equipamento de lazer e recreio deste género desde 2003. -----

----- Sobre também todos estes aspetos consideramos muito importante que haja recomendações no sentido de resolver a cautelar estes problemas, aliás, o objetivo à audição pública foi precisamente ouvirmos as pessoas, conhecermos as suas dúvidas e propostas e tentarmos dar resposta a essas situações através de recomendações, esperemos agora que a Câmara as respeite e cumpra. -----

-----Perante isto, os anseios manifestados pela população que interveio nesta audição pública foram no sentido de se criar mais equipamentos de utilização coletiva pois isto é que contribui e poderá contribuir para a melhoria da sua qualidade de vida numa área da cidade já minada de escritórios e sem outro tipo de equipamentos sociais, culturais, lúdicos e desportivos. “Os Verdes” também subscrevem estas preocupações manifestadas na audição pública. -----

----- Não queremos terminar sem antes referir outro aspeto que nos levanta a maior apreensão e discordância em relação a este processo, que é a pressa que tem sido imposta a este assunto da maior importância para a cidade. -----

----- Teremos oportunidade de nos pronunciarmos sobre esta questão aquando da discussão da proposta, mas não queríamos deixar de fazer esta referência. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Pinheiro (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Os meus cumprimentos à Senhora Presidente da assembleia Municipal, aos Membros da Mesa, ao Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Caras e Caros Colegas, Público presente, Comunicação Social. -----

----- Este ponto serve essencialmente para apreciar o relatório da audiência pública que foi promovida pela Assembleia Municipal, mais uma vez, sobre temas relevantes para a cidade de Lisboa, a Assembleia Municipal tem marcado a Agenda e tem chamado a si a discussão dos temas e neste processo uma conclusão que podemos extrair, é que não há de todo falta de transparência nem falta de informação sobre o processo de alienação daqueles terrenos, demonstra por exemplo e é uma interpretação que se pode extrair a escassíssima participação de eleitores e cidadãos de Lisboa, qualquer pessoa minimamente informada e com acesso à internet pode desde o final de junho obter toda a informação sobre o processo constante da proposta da Câmara da discussão que aqui se realizou e algumas questões que foram aqui colocadas em abstrato não têm neste momento uma resposta porque tecnicamente não é este o momento.-----

----- Questões como o estudo de tráfego, o estudo hidrogeológico não são neste momento, que se desenvolvem, não estão ainda disponíveis os dados para que os mesmos se realizem. Será com certeza na fase de projeto que o promotor, à semelhança do que consta no programa de procedimento e no caderno de encargos será incumbido de o apresentar e com certeza que a Câmara Municipal de Lisboa não deixará de exigir estes elementos. -----

----- Outras questões em abstrato que foram colocadas na audiência pública têm também um a resposta nos documentos que informam o processo, nomeadamente a utilização de espaços verdes, a utilização de espaço público, já nesta fase nos documentos que analisámos e que os Peticionários também puderam analisar constam dados muito concretos, portanto, espaços verdes e superfície verde impermeável não será inferior a 30%, espaço público disponível para fruição pública sem qualquer limitação não será inferior a 50%, uma e outra possibilidades de utilização são bem melhores do que aquilo que existe no presente e do que existiu nos últimos 10 anos, que é um retângulo nevrálgico na cidade de Lisboa limitado por taipais, e, portanto, também referindo relativamente à crítica de falta de transparência este tema não é novo na Assembleia Municipal, foi discutido no início do mandato, foi discutido aquando da aprovação da proposta de orçamento para 2015 e o que estamos hoje efetivamente aqui a tratar neste momento é se estamos em condições de aprovar a alienação em hasta pública, portanto, procedimento transparente de um terreno que permite ao Município acima de tudo reduzir o seu passivo e libertar para a cidade um espaço que pode vir a ser valorizado através de um projeto icónico, daqueles projetos que acrescentam valor à cidade e que repito que será sempre melhor do que o conjunto de taipais que lá estão neste momento.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhores Deputados. -----

----- Terminámos neste momento então as intervenções sobre o Relatório de Audição, não há votação a fazer, fica registado o que foi dito. -----

----- Alerto os Senhores Deputados que em qualquer caso como já disse já temos a transcrição integral da audiência e mais ainda se entrarem através do site da Assembleia

na transcrição da audição através das emissões e transcrições em direto está totalmente disponível no canal Youtube e no Relatório de Audição tem minuto a minuto as intervenções de todas as pessoas que falaram, portanto, qualquer pessoa que tenha usado da palavra na audição pode ir ao seu minuto e ver o que é que lá está e poderá utilizar esse excerto depois se quiser nas redes sociais. -----

----- Posto isto, vamos entrar agora na questão de fundo que é a Proposta 395/2015, eu preciso que alguém a apresente, penso que estão em negociações propostas de alteração e entretanto está aqui o Senhor Presidente da Câmara para apresentar a proposta. Tenho que pedir ao Senhor Presidente da Câmara que faça o favor de apresentar a proposta, que é importante a sua apresentação.”-----

----- **PONTO 2 – APRECIACÃO DA PROPOSTA Nº 395/CM/2015 – HASTA PÚBLICA PARA A ALIENAÇÃO DA PARCELA DE TERRENO MUNICIPAL, COM A ÁREA DE 42.550m2, SITUADA NO QUARTEIRÃO DELIMITADO PELAS AVENIDAS DAS FORÇAS ARMADAS, REPÚBLICA E 5 DE OUTUBRO (TERRENOS DA ANTIGA FEIRA POPULAR), NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA i) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS APROVADO PELA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; 3X GRELHA-BASE – 1h e 42m**); -----

----- (A Proposta nº. 395/2015 fica anexada à presente ata como **Anexo V**, e dela faz parte integrante); -----

----- (O **Parecer Conjunto** da 1ª e 3ª Comissões, Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos e Comissão Permanente de Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana, Habitação e Desenvolvimento Local fica anexado à presente Ata como **Anexo VI**, e dela faz parte integrante). -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** prosseguiu com a sua intervenção:-----

----- “Aguardamos aqui uns segundos, o tempo das apresentações e o Senhor Presidente da Câmara faz a sua apresentação, eu depois farei uma apresentação muito sucinta do meu Parecer e depois vamos passar à discussão.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Vereadores, é um gosto grande para o Executivo e para mim próprio poder estar hoje aqui a defender esta proposta, que é uma proposta particularmente importante para o desenvolvimento da cidade de Lisboa. -----

----- Ela marca em primeiro lugar o início do fim de uma ferida aberta no centro da cidade de Lisboa que urge resolver, durante mais de uma década um processo litigioso muito complexo e penalizador para a cidade arrastou-se e impediu a desenvolvimento harmonioso da cidade, estivemos em condições o ano passado de celebrar um acordo que estabilizou a propriedade dos terrenos e a partir desse momento desenvolvemos um enorme esforço e trabalho no sentido de promover o conhecimento internacional dos terrenos em causa mas também de construirmos a melhor solução que pudesse

servir os interesses da cidade, melhor solução do ponto de vista do desenvolvimento do projeto, melhor solução do ponto de vista da solução urbanística, melhor solução para o enquadramento e vida futura daquele espaço da cidade.-----

----- Quero neste momento deixar uma palavra de agradecimento a todos os Senhores Vereadores, de todas as bancadas e também a todos os Senhores Deputados de todas as bancadas que partilharam de um espírito de convergência no sentido da melhoria desta proposta.-----

----- Saliento que este é um esforço de grande importância, na tomada de posse tive oportunidade de dizer que na cidade temos muitas matérias para divergir e há outros momentos em que temos a obrigação de convergir e este é um desses momentos e agradeço a todos os esforço, porque tratando-se de um projeto de uma área tão emblemática para o futuro da cidade é importante que se estabeleçam as plataformas de consenso mínimo na qual nos possamos rever para o desenvolvimento do projeto. --

----- É por isso que temos hoje uma proposta que é uma proposta já sólida e que daquilo que tenho a oportunidade de ver as recomendações da Assembleia irão permitir ainda melhorá-la mais do ponto de vista dos seus principais significados. -----

----- Em primeiro lugar temos uma proposta boa do ponto de vista da principal solução urbanística, porque pelo facto de nos permitirmos e termos optado por uma solução de um lote único, de uma unidade única permite-nos uma solução urbanística com um espaço público particularmente generoso e um espaço verde também muito aberto, ao contrário de uma solução de loteamento, ainda por cima podendo ficar nas mãos de particular essa opção conseguimos nesta solução maximizar a zona aberta e de circulação e de fluidez, também maximizar a zona verde que ligará a uma importante zona verde que é o Jardim do Campo Grande e permitindo construir uma zona aberta de grande valia para a cidade. -----

----- Ao longo do debate que tivemos na Câmara e também do debate que foi sentido na Assembleia várias propostas surgiram no sentido de melhorar, algumas delas como disse já estão vertidas na própria proposta que a Câmara aqui introduziu, relembro por exemplo o facto da construção estar limitada a um período de dez anos, em segundo lugar o facto de se ter introduzido garantia bancária para no fundo impedir que alguém, um investidor comprasse o terreno mas que penalizasse a cidade por não avançar com a construção imediata do terreno e estar muito tempo que o terreno não estivesse ocupado, mas também uma precisão e uma clarificação relativamente aos usos, o que é objetivo da Câmara é que este terreno e este projeto que se venha a desenvolver permita consolidar nesta zona da cidade um importante espaço de comércio, de serviços, de emprego como fonte de agregação nesta zona central da cidade, é isto que nos parece essencial neste projeto, que seja um espaço de serviços, de sedes de empresas, de entidades capazes de gerarem emprego para que Lisboa possa de facto ter mais emprego e assim também contribuir para a recuperação populacional da cidade com mais oportunidades de emprego cá dentro. -----

----- Somos sensíveis também e fomos na própria proposta às vozes que colocaram dentro do Executivo na Câmara Municipal que a proposta devia ponderar uma dimensão de habitação, isso surge na proposta de Câmara e aliás poderá agora ser

melhor precisado, mas consideramos também que é um elemento positivo, não maioritário, não dominante, parece-nos que isso não seria positivo para a cidade e nem para o projeto naquela zona que se insere porque será sempre habitação destinada a segmentos muito altos, altos ou muito altos e não é uma prioridade a construção de habitação dirigida a esses segmentos, em particular numa Freguesia das Avenidas Novas em que a reabilitação do edificado é uma prioridade, mas ainda assim o estabelecimento de patamares de enquadramento de habitação foi uma inovação introduzida que nos parece positiva. -----

----- Na mesma forma como foi acolhida e reconhecida na proposta não só a identificação muito clara e muito precisa do que são áreas de equipamento de apoio a toda a zona que vai sofrer uma grande alteração por via da construção de um empreendimento de grande dimensão neste espaço, mas também uma recomendação que vemos com bons olhos que partiu e está presente nos segmentos da Assembleia Municipal que é o facto da construção do equipamento acompanhar o desenvolvimento do projeto, isto é se forma a que quando o projeto estiver desenvolvido os residentes e os utilizadores daquele espaço já disponham do equipamento necessário, parece-nos que é um contributo positivo importante para a melhoria da proposta. -----

----- Permitam-me por último, não irei detalhar muito mais, mas que relativamente a todo o decorrer deste processo temos feito um enormíssimo esforço de comunicação com o mercado, com os potenciais investidores numa lógica de grande transparência de forma a que a hasta pública que vai ser realizada decorra em primeiro lugar em condições de enorme transparência e igualdade, mas que seja acima de tudo um grande êxito para a cidade de Lisboa, um grande êxito para a cidade de Lisboa significa em primeiro lugar que haja um projeto vencedor com um investidor vencedor com capacidade de disputar um bom projeto e que nós tenhamos definido com clareza esses termos de referência, mas também que se revele uma boa resposta ou uma boa solução, um bom resultado para o Município e para a redução da dívida do Município na medida em que esta operação é necessária para saldar o que é uma parte da aquisição ou para saldar a aquisição, que é uma parte do valor da dívida que fazemos, melhor dizendo ou com total rigor dizendo agora que resultou da aquisição que a Câmara efetuou no ano passado. -----

----- Fizemos pois este trabalho e este esforço ao longo deste ano, creio que estamos em condições de ter uma boa proposta, termos uma boa solução e termos uma hasta pública que venha a ser bem-sucedida porque este é o momento que nos parece o momento exato para o Executivo e para a Cidade fazer esta escolha, esta alienação e esperamos nós resolver o que tem sido um dos problemas que mais se tem arrastado e penalizado o desenvolvimento da zona central da Cidade. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Terei que novamente dar a palavra a mim própria para fazer uma apresentação sucinta do Parecer Conjunto da 1ª e 3ª Comissões Permanentes sobre esta proposta, o

parecer está disponível, foi distribuído e também entregue aos peticionários, é uma parecer relativamente extenso e portanto, não vos vou evidentemente massacrar com a descrição do parecer, apenas considerar os seus aspetos mais importantes. -----

----- Começa-se por se fazer uma análise das diligências que foram realizadas sobre esta proposta, depois sobre a própria proposta em si faz-se uma análise do histórico desde 2005, dos antecedentes concretos agora no caso desta alienação que a Câmara nos propõe, das condições que são propostas para a alienação e do enquadramento urbanístico, que foram os pontos mais controversos, nomeadamente o enquadramento urbanístico, depois também das condições financeiras da alienação, como é que foi estudado o preço base para fixar a hasta pública, que relação é que isto tem com a dívida do Município, esta foi uma questão que a Assembleia Municipal suscitou e ficou claro que todo o dinheiro que resultar do encaixe desta proposta será para abater à dívida do Município e que isso representará uma atenuação dos juros que o Município paga em dívida, além da diminuição da própria dívida. -----

---- Ficou também claro que a competência de deliberar a alienação sobre a proposta é da Assembleia Municipal, sendo que há aqui um pormenor que o queria chamar a vossa atenção, normalmente em todas as matérias a Assembleia Municipal pode alterar a proposta que vem da Câmara, há matérias em que não o pode fazer e esta é uma delas, em matéria de alienação não pode alterar o que vier da Câmara, pode fazer recomendações e o que a Lei diz é que a Câmara depois poderá aceitar essas recomendações em nova proposta, bom, mas para não estarmos sucessivamente de proposta em proposta aquilo que foi o entendimento ontem em Comissões e que é também o meu é que se aqui a Assembleia recomendar à Câmara a inclusão de alterações à proposta e se aqui a Câmara nos disser que aceita essas alterações a Câmara terá que fazer uma nova proposta incorporando essas alterações, terá que aprovar mas não terá que voltar cá uma vez que está a limitar-se a aceitar aquilo que nós próprios recomendámos, aquilo que nós muitas vezes temos, a chamada votação condicionada, portanto, é uma votação condicionada a que faremos e se houver alterações áquilo que está na proposta inicial, como pelos vistos já percebemos que há quer recomendadas pela Comissão quer eventualmente venham ainda a ser recomendadas ao longo deste debate. -----

----- Portanto, queria deixar isso bem claro, é feita naturalmente depois de uma análise da parte deliberativa da proposta, uma análise da minha própria opinião, porque também a tenho, todos temos e uma comparação entre a Proposta 395 e a anterior hasta pública de 2005, apenas para recordarmos em termos urbanísticos e em termos de valor o que é que se passou, é relevante lembrar que com esta proposta vai ser construído mais cerca de vinte mil metros quadrados do que era ao abrigo do loteamento anterior, que foi anulado pelo Tribunal e há uma inclusão no preço das compensações urbanísticas que não estavam previstas no pagamento anterior e haverá obrigatoriedade de pagamento de TRIO, que na hasta anterior acabou por não se verificar devido ao contencioso que depois se gerou. -----

----- Portanto, quanto à parte conclusiva do Parecer e essa é que é a parte importante, portanto, aquilo que as Comissões aprovaram foi propor a esta Assembleia uma

votação condicionada, naturalmente o voto das forças políticas ficou reservado para esta sessão, mas o que está aqui é uma votação condicionada que foi depois transposta para a Recomendação nº. 2/77, condicionada à aceitação pela Câmara de um conjunto de questões, as que estavam inicialmente na recomendação são aumentar a percentagem mínima da habitação de 20 para 25 e obrigar ao estudo de tráfego, estas são obrigatórias.-----

----- Depois há mais um conjunto de recomendações que eu peço desculpa, isto acontece-me com frequência, repito duas vezes a mesma letra nas alíneas, portanto, há aqui um erro na numeração das alíneas que eu depois corrigirei e as outras recomendações que não são obrigatoriamente condicionáveis mas que são fundamentais para a Câmara ter em conta é exigir ao promotor a obrigatoriedade de cumprir o plano de acessibilidade pedonal, exigir que a escolha dos equipamentos, e isto é para a Câmara e não é para o promotor, a escolha dos equipamentos que se hão de construir.-----

----- Eu pedia se podem mostrar o slide que está preparado com a imagem do terreno para percebermos todos do que é que estamos a falar. -----

----- Senhores Deputados Municipais, o que veem nesta imagem é do vosso lado direito veem uma parcela grande com uma cor amarelo limão, que é o terreno de Entrecampos; depois veem mais ou menos ao centro da imagem e na área de influência deste terreno várias parcelas numa cor mais laranja torrado, ou amarelo-torrado, essas parcelas são terrenos municipais que vieram à posse da Câmara no loteamento das Forças Armadas e, portanto, têm usos definidos no respetivo alvará de loteamento, são as parcelas 4, 5, 7 e 8, uma parcela pequenina estão todos definidos nos respetivos alvarás de loteamento. Há ainda em baixo mais uma parcela na Avenida Álvaro Pais que também não sabemos quais são os usos mas que a Câmara poderá esclarecer e depois há uns terrenos indicados a azul um pouco mais distantes, que são 350 metros da zona mais próxima do terreno de Entrecampos, há um terreno de 12 mil metros quadrados que a Câmara reservou para equipamento, é este o chamado terreno da Álvaro Pais para equipamento, há outro terreno municipal na Álvaro Pais mas do que estamos a falar é deste de 12 mil metros quadrados e portanto, estas recomendações que eu estava a dizer agora têm a ver com estas outras parcelas de terreno e não com a parcela que vai ser colocada à hasta pública.-----

---- Portanto, primeiro é que a escolha dos equipamentos seja feita com o acompanhamento da Assembleia Municipal e da população da área envolvente, assim como das organizações de moradores, também que a Câmara assuma a responsabilidade pela execução dos equipamentos cedidos e garanta que o prazo de execução e entrada em funcionamento não ultrapassa o prazo de 10 anos que a proposta 395 obriga ao promotor do terreno de Entrecampos, para depois ficar tudo na mesma altura e não se arrastar indefinidamente o caso dos equipamentos, que a Câmara informe a Assembleia sobre o destino e os usos que pretende dar aos lotes 4, 5, 7 e 8 e ao outro lote da Álvaro Pais cá em baixo, que está ali marcado a laranja, que a Câmara não aprove nenhum projeto de arquitetura para o local sem um amplo

debate público do mesmo acompanhado pela Assembleia Municipal e pelas Associações de Moradores.-----

----- Chamar a vossa atenção que esta discussão pública do projeto de arquitetura se fosse um loteamento era obrigatória com estas dimensões, não sendo um loteamento entendemos nós que isto é uma operação semelhante, com impacto semelhante a um loteamento e, portanto, deve ter também o mesmo debate público e é isto que recomendamos à Câmara. -----

----- Finalmente uma recomendação final sobre a preservação da memória do Teatro Vasco Santana e do que ele representou, naturalmente do ponto de vista cultural mas também pelos momentos que se viveram de resistência à ditadura naquele espaço.-----

----- Estas são as recomendações iniciais que estavam na Recomendação sobre a proposta 395 que resultam do Parecer que foi aprovado e, portanto, estão apresentadas.-----

----- Vamos passar a palavra a quem se inscrever e naturalmente também alguém tenha propostas de alteração a apresentar. -----

----- Só mais uma coisa Senhores Deputados, desculpem, voltem só a pôr a imagem mais uma vez, desculpem lá, eu acho que é relevante. Aquelas duas linhas vermelhas que veem assim a atravessar o terreno de Entrecampos é o prolongamento da Rua da Cruz Vermelha, que permite ligar a Álvaro Pais a esta via que está do vosso lado esquerdo, mais larga, à Avenida da República. Isto tem que ser naturalmente introduzido no estudo de tráfego, mas esta ligação poderá ser importante para redefinir toda a circulação na zona uma vez que a Avenida das Forças Armadas, como toda a gente sabe e é do conhecimento de todos está bastante congestionada e, portanto, esta ligação que o promotor vai ter que a fazer obrigatoriamente é importante e terá que respeitar também o plano da cidade pedonal e todas as restrições que são impostas pela Câmara nestas matérias. -----

----- O Microfone ao Senhor Deputado Ricardo Robles para um ponto de ordem, devo ter cometido alguma gafe.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Pelo contrário Senhora Presidente, está sempre muito atenta e dá sempre toda a informação que tem disponível no momento, e por causa disso, porque nos disse há pouco que teria eventualmente informação de que há uma negociação e pelos vistos há uma Cimeira a decorrer aqui na mesa da frente, se for assim era importante termos alguma informação antes de iniciarmos o debate, porque nós temos uma posição que se houver alterações de fundo à proposta pode ser alterada e, portanto, o que perguntava era se existe ou não alguma alteração que o Executivo queira avançar ou não.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Senhor Deputado está cheio de razão, mas a Mesa também ainda não a recebeu! Portanto, também estou na expectativa de ver o que é que resulta, como sabem o Regimento diz que a Mesa pode promover contactos entre os proponentes das várias

propostas no sentido de fazer as convergências, portanto, eu acho que esses contatos estão a decorrer, ultrapassam-me, estão a decorrer, aguardo e naturalmente não será votado nada sem que seja do conhecimento de todos, se não puder distribuir em papel lerei com todo o rigor para sabermos todos os que é que estamos aqui a fazer, porque nisto é importante e não pode haver a mais mínima dúvida nesta matéria! -----

-----Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito obrigada Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Este é um passo decisivo para a cidade e como sempre o PSD esteve disposto e fez os maiores esforços para chegar a uma situação de consenso, é necessários sabermos quando os direitos e os deveres de todas as pessoas estão acima de todas as questões partidárias e por isso mesmo até ao último minuto, como podem ver agora, o PSD esteve a tentar encontrar soluções de consenso.-----

----- O PSD vai apresentar uma proposta de alteração à Recomendação 2/77 AML, como é público a versão da proposta que nos chega aqui hoje é o resultado, como foi dito, de uma série de conversas entre as diferentes forças políticas. O PSD sempre se bateu pela fixação de habitação nesta zona, bateu-se por questões programáticas, bateu-se em instâncias veementes do Presidente da Junta de Freguesia das Avenidas Novas, que corporizou a vontade dos seus eleitores e dos moradores dessa zona e por isso o PSD tentou em todas as situações fixar habitação nesta zona, julgo que conseguimos, que neste momento posso anunciar que neste momento chegámos a um acordo entre os 25 e os 30% no máximo e por outro lado também...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Senhora Deputada, 25 e 30% máximo, para?”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Para habitação, Senhora Presidente. E também por outro lado receando os impactos que uma grande superfície comercial poderia ter na zona para os seus moradores e para a cidade também vamos estabelecer um limite máximo para a área comercial de 25%, portanto, isto foi o que o PSD conseguiu nos diversos acordos e julgo que os lisboetas ganharam bastante com isso. -----

----- Quero dizer também uma coisa que me pareceu importante, é que não obstante estes valores a verdade é que o RMUEL entende que o uso habitacional engloba habitação unifamiliar, plurifamiliar, instalações residenciais especiais e instalações hoteleiras. -----

----- Uma das questões que está a ser agora reiterada nesta proposta é que os 25/30% fixados para habitação sejam para habitação efetiva, excluindo unidades hoteleiras, albergues, residências religiosas e militares, isto tem que constar da hasta pública para que não haja equívoco, para que futuramente não seja adulterado o espírito que esteve ao longo destas negociações. -----

----- E, Senhora Presidente, peço a sua benevolência porque estamos agora a ultimar a proposta, que se me der licença virei depois aqui ler e será entretanto distribuída pelos Senhores Deputados, mas eu julgo que independentemente da questão da hasta pública há aqui uma dúvida que subsiste e que eu chamava a atenção dos Senhores Vereadores porque não ficou esclarecida.” -----

---- **PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À ALÍNEA A) DA ALTERAÇÃO À ALÍNEA A) DO PONTO 3.2 (RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A PROPOSTA Nº 395/CM/2015).**-----

----- (Esta Proposta de Alteração à Recomendação será anexada a esta Ata como **Anexo VII** e dela faz parte integrante) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Eu pedia ao Executivo para estarem atentos com qualquer dúvida porque ainda pode haver um esclarecimento aqui, pedia a vossa atenção.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ E queria dizer que apesar de votarmos a favor da hasta pública nos subsiste uma dúvida que importa esclarecer e é a seguinte: quer na audição do Senhor Vereador Manuel Salgado quer depois na audição pública do Senhor Presidente informaram-nos que o lado da antiga Feira Popular, no lote da antiga Feira Popular a Câmara optou por indexar ao preço da hasta pública 21,5 milhões de euros, correspondente a compensações.-----

----- Foi alegado nessa altura que este empreendimento estaria isento da cedência de terrenos para equipamento, foi afirmado que havia equipamento bastante na zona.-----

----- Primeira pergunta: quem entendeu não haver lugar a cedências de área para equipamento, mais, onde estão os cálculos que o sustentam em termos de facto e de direito tal afirmação?-----

----- Foi afirmado que a construção do equipamento se faria no lote municipal de 12 mil metros quadrados na Avenida Álvaro Pais, ora acontece que de acordo com o Boletim Municipal de 31 de maio de 2012 esse mesmo lote estaria reservado para a construção de uma escola integrada e de um jardim-de-infância, após uma permuta com a Empresa UNIPORT na sequência do alvará de loteamento denominado Praça de Entrecampos.-----

----- Ora se este lote corresponde a compensações desse alvará como é que poderá corresponder também às exigências geradas por 143 mil metros quadrados de construção? Eu repito, onde estão os cálculos em termos de direitos e de facto que sustentam esta afirmação da Câmara? -----

----- O Senhor Presidente questionado acerca de quem pagaria este equipamento respondeu com uma frase digna do Oráculo de Delfos “o comprador acabará sempre por pagar”. É verdade, mas o valor calculado pelos serviços da Câmara aos seus 25 milhões de euros, que a Câmara entendeu pedir na hasta pública e não na fase de loteamento. Ora acontece que em parte alguma estará garantida que esta verba venha a ser afeta à construção de equipamento e esse facto seria também manifestamente

impossível uma vez que a Câmara ainda não sabe que equipamento é que vai lá pôr e ainda está obrigada a cumprir aquilo a que se tinha comprometido em maio de 2012, eu acho que este assunto tem que ser esclarecido, devidamente esclarecido, não por questões políticas, não por frases bonitas mas por contas porque o PDM e os instrumentos em vigor têm contas muito concretas acerca disto e eu gostaria de ver em termos de facto e de direito sustentada esta afirmação da Câmara e não vi em parte nenhuma do que consultei. -----

----- Por isso até agora me parece que esta evocação do lote municipal de 12 mil metros quadrados é um estratagema um bocado enviesado para isentar um lote municipal de cedências a que um privado estaria sujeito, eu bem sei que vai valorizar a hasta pública mas vai fazê-lo à custa do equipamento a que todos tínhamos direito num lote a cujo equipamento já tínhamos direito datado de 2009, eu julgo que precisamos de uma explicação e de uma explicação que nos convença a todos. -----

----- Muito obrigada Meus Senhores, daqui a bocado se a Senhora Presidente me der autorização eu virei defender.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhora Deputada, agradeço que mais do que vir ao microfone as entregue na Mesa para a gente poder aqui estudar a maneira de poder pôr as coisas à votação.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Secretários. -----

----- Na sequência da discussão do Parecer relativo à Petição nº. 11 o CDS teve oportunidade de em linhas gerais dar nota da sua posição relativamente ao processo da venda dos terrenos da Feira Popular, é uma história longa, com vários episódios, muitos protagonistas, mas o que importa hoje e neste momento é resolver o problema da chaga urbanística criada no terreno em apreço. -----

----- Muitas das preocupações manifestadas pelos Peticionários são também preocupações nossas e de qualquer cidadão que queira ter uma cidade melhor, com mais qualidade de vida. -----

----- No caso concreto uma área de mais de 143 mil metros quadrados deve tomar conta da nossa atenção e acompanhamento. -----

----- Neste processo há que registar positivamente vários fatores, a concordância generalizada com a alienação dos terrenos da Feira Popular e, portanto, o primeiro passo para resolver este impasse, a regeneração do tecido urbano a norte da cidade, consolidando assim Lisboa, o facto da receita resultante da hasta pública reverter para a amortização da dívida do Município e por último a preocupação de garantir a qualidade do espaço público no futuro projeto. -----

----- No que toca à proposta agora apresentada gostaríamos de elencar sucintamente algumas questões que importam relevar neste processo, mas também para precaver no futuro próximo, em primeira a opção por uma construção única em detrimento de uma operação de loteamento. Propusemos em Reunião de Câmara que não fosse possível ao adquirente executar a obra de forma faseada com os riscos de daí poderiam advir,

essa proposta foi acolhida pelo Executivo Camarário pelo que registamos positivamente a disponibilidade manifestada pelo Senhor Presidente que permitiu uma clarificação necessária a bem do interesse público.-----

----- Em segundo a necessidade do estudo ambiental tendo em conta a volumetria do edificado e o impacto que trará à zona envolvente, nomeadamente a nível sonoro.-----

----- Em terceiro a necessidade de realização do estudo de tráfego que permita minimizar o impacto negativo que mais carga automóvel acarretará para esta zona da cidade já tão fustigada de trânsito, em particular nas Avenidas Álvaro Pais, das Forças Armadas, República, 5 de Outubro e Estados Unidos da América.-----

----- Preocupa-nos também o acesso às garagens pela Avenida 5 de Outubro, uma artéria já por si fustigada pelo trânsito diário e viaturas em segunda fila; a segunda preocupação a nível viário prende-se com o prolongamento da Rua da Cruz Vermelha, embora necessária como eventual via de escape aos fluxos da Avenida Álvaro Pais certamente levará problemas acrescidos à 5 de Outubro, que importa previamente acautelar.-----

----- Assim e como é defendido nas Recomendações apresentadas deve o promotor, em fase de licenciamento efetuar os estudos necessários que salvaguardem o interesse público da cidade.-----

----- Em quarto lugar a questão do equipamento público, refere a Câmara nos considerandos da proposta a intenção de afetar um terreno de 12 mil metros quadrados na Avenida Álvaro Pais para um equipamento a definir futuramente. A alusão à construção deste equipamento no âmbito da proposta terá apenas como objetivo justificar a inexistência do mesmo nos terrenos da Feira Popular uma vez que não existe correlação direta entre o projeto a promover e o equipamento, tanto mais que a responsabilidade de construção e pagamento do mesmo é do Município.-----

----- Assim e porque já existem compensações financeiras com base no disposto na legislação e regulamentação em vigor deve a Câmara garantir a sua construção e entrada em funcionamento estipulando um prazo máximo de dez anos, proposta essa efetuada no Parecer das Comissões.-----

----- Entretanto registamos a abertura de há momentos, no discurso do Senhor Presidente em acolher no articulado da proposta esta Recomendação.-----

----- Em quinto importa ainda salvaguardar a memória identitária daquele espaço que acolheu o Mercado Geral de Gado, a Feira Popular e o Teatro Vasco Santana, além do proposto nas Recomendações acerca da preservação da memória do espaço cultural é importante não esquecer o que foi a Feira Popular nos seus tempos áureos e a sua missão social subjacente.-----

----- Em sexto, relativamente à percentagem mínima para habitação o Executivo acolheu a proposta do PSD, que o CDS acompanhou para fixar em 20% pelo menos a superfície de pavimentos destinada à habitação. No entanto julgamos importante definir taxativamente na proposta que o uso será de habitação permanente contribuindo assim de forma efetiva para o repovoamento da cidade evitando a utilização destas frações para outros usos que desvirtuam a essência do agora

proposto. A Recomendação das Comissões aponta também para um aumento de 25%, ao qual nada temos a obstar. -----

----- Em sétimo e último, além dos pontos elencados gostaria ainda de salientar o trabalho minucioso e de reflexão efetuado pela Presidente da Assembleia, enquanto Deputada Relatora dos Pareceres relativos a este processo, demonstrando assim que esta Casa se preocupa e debruça de forma criteriosa e séria sobre as propostas submetidas à sua apreciação e na procura de melhorá-las, aperfeiçoá-las a bem da cidade e dos seus munícipes. -----

----- Nas restantes recomendações apresentadas no Parecer destacar ainda a necessidade de cumprir o Plano de Acessibilidades Pedonal no que toca às soluções de espaço público, bem como o esclarecimento por parte do Executivo do destino a dar aos lotes 4, 5, 7 e 8 sites no loteamento da Avenida das Forças Armadas. -----

----- Por fim e porque me parece um dos pontos principais estabelecer um compromisso de uma ampla discussão pública no projeto de arquitetura que venha a ser apresentado pelo adquirente bem como os necessários estudos e a ligação da solução apresentada com a zona envolvente. -----

----- Noutra Plano importa também que se mantenha a intenção de encontrar a curto prazo um espaço para um nova Feira Popular, com outra estrutura mais coincidente com a malha urbana da cidade e que possa ter, à semelhança da extinta um vertente social. -----

----- Já ouvimos várias versões por parte do Executivo sobre a futura localização e sobre a metodologia destes trabalhos para encontrar esse local, importava que hoje também a Câmara Municipal de Lisboa esclarecesse esta questão. -----

----- Em suma e da nossa parte fica a promessa de continuarmos atentos e vigilantes ao decorrer do processo, pugnando pela defesa do interesse público e na procura da melhor resposta urbanística social e ambiental deste projeto para a cidade porque acima de tudo queremos o melhor para Lisboa acrescentando-lhe valor, modernidade, mas mantendo a sua identidade e história. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal John Baker (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Caros Colegas. -----

----- Após 12 anos do seu encerramento parece que finalmente se encontrou uma solução para os quase 4 hectares e meio que compõem o terreno da antiga Feira Popular, porém no decorrer deste período foram-se assistindo a trocas de terrenos, a hastas públicas, a processos jurídicos não consensuais que consequentemente levaram à permanência de uma ferida urbana e paisagística no coração da cidade com elevado prejuízo para todos. -----

----- Em 9 de dezembro de 2014 o Partido da Terra submeteu à apreciação deste Plenário de uma recomendação pela devolução da feira Popular dos lisboetas tendo sido aprovado por maioria o primeiro ponto deliberativo e cito: reconhecer a importância da abertura de um Parque de Diversões na cidade de Lisboa, construído dentro de indicadores de sustentabilidade e de coexistência urbana e rejeitado o segundo ponto pelo PS e PNP “questionar a Câmara Municipal sobre quais as

verdadeiras intenções do Executivo de devolver um Parque de Diversões aos lisboetas, qual o local previsto para a sua localização e prazos de implementação”. -----

----- Face ao exposto consideramos que na sequência da venda desta parcela de terreno seria de todo pertinente que os lisboetas fossem devidamente informados da nova localização de um parque de diversões na cidade. -----

----- Mas voltando à proposta em discussão o Partido da Terra julga que a opção do Município em acolher os contributos das várias forças políticas com assento camarário, de forma a melhorar a proposta, bem como aludir ao cabal esclarecimento sobre o futuro deste terreno, confere uma política participativa que é de louvar, todavia as saudações não se ficam por aqui sendo também extensíveis à Senhora Presidente da Assembleia e a todos os que participaram e tornaram possível a realização da audição pública no passado dia 9 de julho. -----

----- Em relação à distribuição dos usos presentes nesta proposta o Partido da Terra concorda com a criação de espaços de comércio e serviços, inclusivamente com a introdução de 20 ou 25% para habitação, cerca de 320 fogos, apesar de que o preço por metro quadrado seja elevado, o que restringe o acesso destas novas habitações à maior parte da população. -----

----- No entanto de ressaltar que o Senhor Presidente da Câmara justificou esta baixa percentagem habitacional com a necessidade de se apostar numa política de atração de comércio e serviços, pelo facto que em Lisboa a oferta de escritórios com mais de 10 mil metros quadrados ser inexistente não captando assim o investimento de muitas multinacionais que se se pretendessem deslocar dos concelhos vizinhos para o nosso.--

----- A questão é que estas empresas possuem vários critérios para tomar tal decisão, um deles assenta na criação de sinergias e que infelizmente não foram sérias apostas nas políticas do Governo para a Cidade, a título de exemplo foi lançado o projeto Lispolis cujo intuito consistia em tornar Lisboa numa referência para a instalação de empresas inovadoras e tecnológicas, todavia para além desta experiência a cidade não possui nenhum parque empresarial capaz de competir com um Tagus Parque ou Quinta da Fonte e entrar nas escolhas das maiores empresas.-----

----- Outro aspeto que condiciona a localização das empresas é a qualidade de vida dos seus trabalhadores, não obstante a proximidade ao Metro e à Estação Ferroviária de Entrecampos a construção deste empreendimento vai trazer para este local um fluxo significativo de trânsito rodoviário, neste momento ainda não há estudo de tráfego, embora já haja informação de que as entradas e saídas de veículos que se iriam processar pela Avenida 5 de Outubro, ao qual se associará o reperfilamento da Avenida da República por forma a aumentar a capacidade do escoamento de trânsito.--

----- O partido da Terra alerta para estas intervenções dado que anteriormente já se verificam níveis elevados de sinistralidade e poluição atmosférica nestas artérias, contudo existem outros aspetos para os quais o Partido da Terra pretende alertar o Executivo, nomeadamente a importância do desenho e do traçado do projeto. Na nossa perspetiva a cidade de Lisboa tem vindo a ser constantemente descaracterizada pela execução de projetos de duvidoso valor urbanístico pelo que defendemos que

seria importante garantir que o desenho projetado seja condigno com a cidade e não vulgarizem ainda mais o espaço público.-----

----- Em suma o Partido da Terra considera que a proposta hoje em aprovação e não obstante as melhorias introduzidas deveria assegurar elementos concretos antes da sua execução no terreno, neste sentido e para terminar gostaria de lançar ao Executivo um novo desafio, ou seja a difusão de uma discussão pública, clara e aberta na fase de aprovação do projeto em nome da transparência e que o mesmo fosse submetido a esta Casa uma vez que a sua aprovação é da competência da Câmara. Disse.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Senhora Presidente, só um esclarecimento, nós temos agora um tempo limitado, se houver alguma alteração às propostas apresentada poderemos depois de decorrer de mais tempo, muito bem, muito obrigado.”-----

----- Já muito foi dito sobre esta ferida aberta no centro da cidade, dos seus antecedentes que são conhecidos, não vale a pena perder muito tempo com isso, todos percebemos que havia e urgia uma necessidade de resposta para aquele retângulo no centro da cidade e, portanto, alguma coisa tinha que ser feito e com urgência.-----

----- Na realidade aquele espaço, aquele lote de terreno, aquelas dezenas de milhares de metros quadrados de construção poderiam ser e podem ser um instrumento importante de urbanismo, um instrumento importante para fazer a cidade ou por outro lado pode ser um outro instrumento de redução de passivo, parece-nos que foi essa a opção do Executivo Municipal de olhar para aquele espaço e ver redução de passivo. --

----- Em primeiro lugar queria abordar a questão que envolve esta hasta pública e que se prende com o negócio em si, a Câmara Municipal andou, anunciou, em modo de *roadshow*, em turné pela Europa a apresentar aos investidores este ativo, foi-nos dito aqui com razão que é um dos melhores ativos imobiliários numa capital europeia ou até mundial, tem toda a razão, é de facto um ativo de valor incomensurável.-----

----- A questão que se coloca é se este é de facto um grande negócio para a Câmara Municipal de Lisboa ou não, a resposta não pode ser dada já, a resposta é “veremos” porque no final é que vamos fazer as contas!-----

----- O que sabemos agora é o valor que a Câmara pagou à Braga Parques pelo espaço, 101 milhões de euros, sabemos e votaremos o valor da hasta pública, o valor base de 135 milhões de euros onde e isto não é de somenos importância, onde se incluem 21,5 milhões de euros de compensações urbanísticas, que seriam aliás sublinhe-se sempre devidas num projeto deste tipo, a questão é se o vencedor desta hasta pública, esperemos que não seja assim, vencerá este concurso com mais um euro, infelizmente as últimas hastas públicas em Lisboa funcionaram assim, um preço base e mais um euro e vencida está a hasta pública! Esperemos que não seja assim porque quem perderia era a Câmara e o interesse municipal.-----

----- Mas isto queria dizer, este cenário, que retiradas as compensações urbanísticas, retirado o valor pago à Braga Parques e pago o valor da base da hasta pública que a

Câmara Municipal de Lisboa encaixaria pouco mais de 12 milhões de euros, não parece de facto um grande negócio mas no final faremos estas contas. -----
----- Mas há dois problemas graves nesta proposta que são e que se refletem e que se traduzem em duas oportunidades perdidas que decorrem diretamente da opção política deste Executivo, a primeira tem que ver com o uso, algo que está neste momento no âmbito da minicimeira em curso mas que tem toda a relevância para este processo. Discutimos aqui, discutiu-se na Câmara se haveria de haver mais ou menos percentagem para habitação, sobre isto o Senhor Presidente Fernando Medina por várias vezes, incluindo na passada quinta-feira foi claríssimo e não podia estar mais de acordo, mais percentagem de habitação representa mais residentes de luxo no centro de Lisboa em apartamentos a 5 mil euros o metro quadrado, uma política de repovoamento do centro de Lisboa com apartamentos de 100 metros quadrados a meio milhão de euros não é repovoamento é Vistos Gold, por isso aumentar a percentagem de uso de habitação per si é somente aumentar o ativo para quem o comprar, mais habitação mais capacidade de venda de apartamentos de luxo deste tipo. -----
----- Há por isso, como disse, uma oportunidade perdida, colocar como condição uma percentagem de fogos para arrendamento a custos controlados era o que se impunha nesta proposta, relembro até que o anterior Presidente da Câmara, o Senhor ex-Presidente António Costa até defendeu esta proposta, era até muito preciso, dizia ele “impor aos construtores e promotores imobiliários a reserva de uma quota, ele definia esta quota de 25% para habitação a custos controlados, mas isto já foi há alguns anos e foi na fase anterior à austeridade inteligente, portanto, aqui está uma proposta muito concreta, quota para habitação de custos controlados para quem foi expulso da cidade e pretende voltar ao centro. -----
----- Em segundo lugar uma questão também de grande relevância e que já foi aqui discutida que se prende com os equipamentos, é uma outra oportunidade perdida, mas neste Executivo, mas neste caso o Executivo faz uma tentativa um pouco abstrusa de ludibriar os lisboetas e ludibriar esta discussão, se há uma opinião unanime é que fazem falta, viu-se na discussão da consulta pública aqui, fazem falta equipamentos naquela zona da cidade, disseram os moradores nessa Consulta pública, dizemos nós os Deputados Municipais nesta discussão e diz o Executivo, tanto diz que até reconhece e apresenta uma proposta que é um terreno de 12 mil metros quadrados que vimos ali há pouco na avenida Álvaro Pais que está reservado para equipamento, tem uma tabuleta que diz “Reservado para equipamento” e, portanto, isto só pode ser uma tentativa de enganar esta discussão, de ludibriar a questão de que naquele lote, no lote da Feira Popular, no lote de Entrecampos não é preciso um equipamento porque ao lado há um baldio que já está previsto para equipamentos, basicamente é dizer a mesma coisa, também não são precisos espaços verdes no lote da Feira Popular porque ao lado temos o Jardim do Campo Grande, ou não é preciso uma Residência Universitária porque na 5 de Outubro ali ao lado temos uma Residência Universitária ou temos uma creche mais acima na Avenida da República e, portanto, há até uma desfaçatez nesta discussão a envolver este terreno que diz “reservado” alegando que será compensação para esta hasta pública e, portanto, como foi dito aqui pela Senhora

Deputada Margarida Saavedra não há nenhuma garantia, não há nenhum prazo, não há nenhuma ideia para aquele terreno e, portanto, dizer que ele está reservado é enviar esta discussão e apresentar uma salvaguarda e uma garantia que de facto não existe, o promotor quer ganhar esta hasta pública e não tem nenhum encargo, nenhum encargo à exceção do arruamento que prolonga a Rua da Cruz Vermelha e, portanto, poderemos dizer que incluir um equipamento naquele lote ou incluir uma quota de habitação a custos controlados poderia reduzir o valor da hasta pública, com certeza que sim, que poderia acontecer, mas esse argumento vale também para esta obrigatoriedade, este vínculo de prolongar o arruamento da Rua da Cruz Vermelha e não deixarmos de o fazer porque o bom senso assim impunha e, portanto, seria totalmente sensato defender os interesses da cidade e vincular este futuro comprador a realização de um equipamento naquele espaço. -----

----- Portanto, terminando gostaríamos de dizer que esta oportunidade de negócio vai com certeza beneficiar o passivo e as responsabilidades financeiras do município, mas não deixa de ser uma oportunidade perdida para melhorar a cidade, para melhorar aquela zona da cidade e com isso melhorar a vida dos lisboetas.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora presidente, Senhora e Senhor Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Este é o sistema, a regra do jogo é a regra e o lucro, é lucro e nada mais! Humanização da cidade é conversa para ficar no ouvido, teremos então no terreno em causa habitação a de 20% ou 25% ou 30%, a ver vamos e será cara, muito cara! -----

----- Comércio ou serviços ou hotelaria não se sabe ainda, levará 60% ou mais, logo se verá!

----- Na valorização do terreno a regra poderia ter sido intermédia, disse um trabalhador da Câmara Municipal na Audição aqui realizada no dia 9 de junho, mas não foi! -----

----- Havia uma Feira Popular que fez a nossa alegria e a alegria dos nossos filhos, havia um Teatro Vasco Santana onde Luzia Maria Martins encenava e dirigia peças e gente que se revelou e lá se afirmou. -----

----- Houve em 1969, nas chamadas eleições do fascismo uma sessão da CDE nesse Teatro e Urbano Tavares Rodrigues foi agredido pela Pide, diga-se de passagem que ele também bateu na Pide! -----

----- Tal como a identidade e a memória a vida e a alegria popular da Feira poderia ficar numa placa, o que é pouco! Nós defendemos a criação de um espaço cultural mas não foi aceite pela maioria. -----

----- Quanto aos equipamentos há sempre um espaço à venda para dar vazão às justas ambições e sonhos se assim acontecer, mas não será o mesmo que seria se ficasse neste terreno agora em hasta pública, claro. Lá nesse terreno matriz da Feira Popular irá acontecer mais consumo, talvez galerias, talvez lojas para os mais ricos ou endividados virem comprar. -----

----- A Avenida da Liberdade que tu foste para o alto consumo, Feira dos ricos que aí virás, mais uma Praça de Lisboa para o desfile do dinheiro e dos tolos do costume! O resto é conversa e esta pressa imensa de despachar o assunto, assim se fazem as coisas no meio de praças de conversa e decisões camarárias a ver quem faz os melhores negócios. -----

----- Alguém disse aqui na Audição de dia 9 que não mais votará na esquerda que afinal não é esquerda! Terá votado na dita esquerda da social-democracia já morta e enterrada nessa Europa e em Portugal, o que foi mais um engano a juntar a tantos outros, agora são o dinheiro, as dívidas, os juros, os pagamentos a prazo e a pronto, a imensa ingratidão da história a comandar o passo, o passado que parecia morto e enterrado, a valer-se dos votos e dos donos dos cargos, a enterrar o futuro em negócios e mais negócios para outros!-----

----- Como disse um grande amigo e mestre arquiteto que militou nesta Assembleia, Silva Dias, “aquilo é só chicha o terreno da Feira Popular” e a chicha melhor, a carne limpa fica para os que podem comandar as decisões e comprar o que querem comprar, ficam questões para ver, se chegarmos a ver.-----

----- O estudo de tráfego que dependerá da futura ocupação, as entradas para o estacionamento subterrâneo só pela Avenida 5 de Outubro ou a ver do lado da Avenida da República, talvez, quem sabe, mais o estudo geológico numa situação de valores de nível freático entre os 6 metros e 13 metros de profundidade, o que faz antever problemas para as caves que poderão ser de instalação de serviços as primeiras e depois de estacionamento.-----

----- Fica a necessidade de saber quem assume a construção de equipamentos no terreno municipal da Avenida Álvaro Pais e o seu enquadramento com a urbanização da Avenida das Forças Armadas. No Parecer propõe-se um amplo debate sobre o projeto de arquitetura que vier a ser apresentado.-----

----- Saudamos as Comissões de Moradores das Avenidas Novas e da Praça de Entrecampos pela iniciativa da Petição apresentada e desejar que haja uma grande atenção e acompanhamento do projeto de arquitetura e da definição de equipamentos necessários para a zona, pelas Comissões, pela população e por esta Assembleia. -----

----- E a Feira? Onde está a Feira Popular? Onde ficará? Já está tão longe que só vemos empreendimentos imensos a ocupar a cidade, que devia ser de convivência, de proximidade e cada vez fica mais agreste e desumana! São os fados do sistema a pôr e a dispor! Até quando? Até quando quiser a imensa maioria, empobrecida e triste, cada vez mais esclarecida sobre o sistema e revoltada nesta cidade!-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Pinheiro (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Renovo à Assembleia os cumprimentos já apresentados.-----

----- As duas intervenções que antecedem a minha creio que demonstram e sustentam a oportunidade desta proposta, a cidade de Lisboa tem um problema à vista de todos, sem ser à vista de todos tinha um problema com uma contingência de milhões de euros, era um encargo para o orçamento atual e futuros do município.-----

----- Num primeiro passo, que já foi dado nesta Assembleia Municipal conseguiu-se erradicar o problema da contingência, portanto, temos agora do lado do município dois ativos valiosos, temos uma dívida que está prestes a desaparecer caso esta proposta de alienação seja aprovada. -----

----- Assim se resolveu um processo que prejudica a cidade, que prejudica a qualidade de vida dos lisboetas e que prejudica a sua competitividade e isso também conta para além da ideologia, também conta resolver o problema da vida das pessoas e otimizar a gestão do município. -----

----- Esta hasta pública afigura-se como transparente, disso creio que não há dúvidas ou pelo menos não foi questionada se são capitalistas a adquirir pois será quem tem o dinheiro e está disposto a correr o risco do investimento, mas fá-lo em condições de igualdade, fá-lo em condições de transparência como estão no Caderno de Encargos e acima de tudo poderão fazê-lo em segurança, o que causa insegurança são as intervenções, tenho que as qualificar como demagógicas do Deputado Municipal Ricardo Robles. -----

----- Com que então, eu às vezes chego a tentar contemplar algumas intervenções e a pensar que nas operações imobiliárias o Bloco de Esquerda terá uma ficha de análise urbanística, ou trem para um lado condomínios privados, ou tem para o outro os custos controlados.-----

----- Ora bem, como nesta proposta a questão do condomínio privado está erradicada porque nos parâmetros urbanísticos não tem cabimento, ou seja, existe uma ampla fruição do terreno à superfície garantida no caderno de Encargos então volta-se para a construção de custos controlados e fá-lo na mesma intervenção em que diz que o valor da hasta pública pode ser baixo ou insuficiente. Ora bem, não há maior contradição orçamental do que esta, se é insuficiente então é com a promoção de empreendimentos de custos controlados naquele local que se otimiza o ativo do município? É impossível chegar a uma coerência neste ponto, existem muitas áreas na cidade onde é possível promover habitação a custos controlados e aparentemente sobre essas áreas o Bloco de Esquerda não se debruça, debruça-se sobre esta que é mediática, mas sem apresentar uma solução. -----

----- A intervenção do Bloco de esquerda suscita, perdoem-me, a citação de um verso de Alexandre O'Neill "País purista, a prosear bonito, a versejar tão chique e tão púdico enquanto a língua portuguesa se vai rindo galhofeira comigo.". Curiosamente é da obra Feira Cabisbaixa de 1965, mas não há motivos para esta feira ser cabisbaixa, a antiga feira tem que encerrar, tem que se encerrar um capítulo, é altura de olhar para a frente e é isso que esta proposta significa. -----

----- Já aqui foi dito que teremos uma área igual ou superior a 30% de espaços verdes em superfície permeável e teremos também para fruição de uso público igual ou superior a 50% e teremos uma praça ampla para humanizar o interface de Entrecampos, para humanizar, fruir e assegurar uma ligação contínua entre os Jardins do Campo Grande e este novo empreendimento e o resto da Avenida da República. ----

----- Senhores Deputados Municipais, isto é bem melhor do que aquilo que lá existe e do que aquilo que lá existia que era uma Feira Popular que muitos qualificavam como

desatualizada e sem valor para a cidade de Lisboa, é esta a conclusão que se pode extrair deste debate e também quanto às regras de transparência que Senhores Deputados, a questão do estacionamento está salvaguardada por via das normas regulamentares, a utilização do subsolo em função do que forem os resultados dos estudos hidrológicos também está salvaguardada com a atribuição de mais-valias urbanísticas para o município e até me esqueci aqui de um reparo à intervenção do senhor Deputado Municipal Ricardo Robles, diz ele que o saldo destas operações entre aquilo que foi a aquisição pelo município e a venda será de 12 milhões de euros, é mentira! É distração ou especulação! Porque todos sabemos que o município adquiriu os espaços do Parque Mayer e imóveis adjacentes, portanto, o município resolve um problema urbanístico e adquire um ativo, esse sim que todos aspirávamos, uma requalificação e um rejuvenescimento de um espaço cultural no centro da cidade.

----- Quanto à valorização arquitetónica, também temos parâmetros, não fica tudo ao arbítrio do empreendedor, teremos ou poderemos ter uma solução mais arrojada na fachada da Avenida da República, uma solução mais conservadora na fachada da Avenida 5 de Outubro, garantindo o contínuo urbanístico dessa zona. Tudo isso está salvaguardado, tudo isso condiciona o urbanizador.-----

----- Por último e para terminar também não se espere e não se especule acerca disso porque não é permitido, está também na proposta incluída uma configuração técnica precisa sobre a altura dos edifícios que aí poderão ser edificados, que respeite o cómodo de aproximação ao Aeroporto, assim como na fachada da Avenida da República o respeito pela profundidade da empena existente a partir do edifício já existente na Rua de Entrecampos, portanto Senhores Deputados eu creio que esta proposta em bom tempo e assumindo um compromisso já deste exercício orçamental está em condições de ser aprovado para valorizar a cidade, para valorizar o nosso mandato, para o tornar credível aos olhos dos lisboetas.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores e Senhores deputados Municipais. -----

----- Como sabemos, foi anunciado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa que era intenção do executivo camarário proceder à alienação dos terrenos da antiga Feira Popular ao longo do ano de 2015. Disse ainda que estes terrenos são dos mais importantes até a nível europeu, sendo que nenhuma capital europeia hoje tem um terreno com aquelas características dentro da cidade. -----

----- Tendo conhecimento disto e estando preocupados com o que poderia vir a ser construído, os representantes das Associações de Moradores começaram a recolher assinaturas para entregarem a Petição nº 11/2015, que apreciamos há pouco, com a finalidade de serem ouvidos e de serem esclarecidos na Assembleia Municipal de Lisboa, uma iniciativa cívica bastante louvável. -----

----- Também no seguimento das declarações do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, “Os Verdes” tomaram a iniciativa de apresentar uma recomendação nesta Assembleia Municipal, no sentido de salvaguardar um conjunto de situações que nos

preocupavam e preocupam. Essa recomendação não acolheu a maioria dos votos favoráveis mas o PEV mantém naturalmente as suas reservas em relação à proposta que agora discutimos. -----

----- A proposta nº 395/2015 foi aprovada na Câmara Municipal de Lisboa no dia 1 de Julho e, passados apenas 13 dias, estamos já a discuti-la em plenário porque há uma certa pressa na sua aprovação. Concordamos que se deve resolver este assunto mas de forma correta, sem atropelos e sem que subsistam dúvidas. -----

----- Por isso mesmo, ontem, na Conferência de Representantes, propusemos que a proposta pudesse ser discutida posteriormente para haver mais tempo para apreciar tanto a proposta como os demais documentos referentes a esta matéria, incluindo as recomendações. -----

----- Essa proposta não foi aprovada e é caso para perguntar se esta Assembleia tem ou não liberdade para efetuar o seu próprio agendamento das propostas, sem que haja qualquer interferência ou pressão da Câmara Municipal de Lisboa nesse agendamento? É que para Os Verdes os trabalhos desta casa não podem funcionar como discos pedidos: a Câmara pede e a Assembleia toca. -----

----- A verdade é que os Grupos Municipais tiveram um prazo bastante reduzido para apreciar esta proposta e o respetivo parecer, assim como as recomendações que surgiram da discussão. Dada a importância, a complexidade e os antecedentes da matéria em apreço teria sido desejável conceder mais tempo para a sua apreciação. Aliás, há inúmeros exemplos que comprovam que este é o procedimento mais correto e a Assembleia tem-no feito, mas desta vez decidiu que não. -----

----- Esta proposta quer alienar os terrenos de Entrecampo para um projeto imobiliário que prevê uma predominância de pelo menos 60% de comércio e serviços, ou seja, do que sabemos pelo menos até agora, nada impede que venhamos a ter um novo Centro Comercial de grandes dimensões e escritórios associados. -----

----- E estamos a falar de uma zona da cidade consolidada a nível residencial e já com uma elevada oferta de serviços e comércio, onde se destaca uma boa oferta hoteleira e um conjunto de edifícios de escritórios. -----

----- Defendemos que deverá haver ali equipamentos de utilização coletiva, nomeadamente a reconstrução do antigo Teatro Vasco Santana enquanto elemento de memória histórica daquele espaço, quer do ponto vista cultural quer também do ponto de vista político. -----

----- Também é de referir que não há um compromisso concreto por parte da Câmara para a construção de equipamentos, que tipo de equipamentos nem um prazo. -----

----- Depois há outro aspeto que nos preocupa que é a indefinição e omissão quanto ao futuro aproveitamento do subsolo, nomeadamente a construção de caves ou de parques de estacionamento subterrâneos que terá implicações no aumento da área impermeabilizada e no acréscimo de veículos numa zona da cidade já de si bastante congestionada em termos de tráfego automóvel, apesar de bem servida de transportes públicos coletivos. -----

----- Portanto falta além de um estudo de tráfego, um estudo hidrogeológico. -----

----- Portanto, são estas as apreciações e reservas que “Os Verdes” têm relativamente à proposta em apreço. -----

----- É desta forma que o executivo pensa estar a devolver aquele espaço à cidade e aos cidadãos como prometeu? É assim que teremos uma cidade mais humanizada? Ou é mais uma oportunidade desperdiçada? -----

----- Por fim, se há aspetos ainda em negociação, questões a clarificar, se até há disponibilidade da Câmara e se até assistimos ao conclave do bloco central nesta sala, propomos novamente que não se trabalhe em cima do joelho e que se adie a votação da proposta, tal como propusemos ontem na Conferência de Representantes. -----

----- Não há nenhum motivo para que a proposta não possa ser adiada! Obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada senhora Deputada. -----

----- Senhora Deputada cumpre-me informar duas coisas, em primeiro lugar que há uma proposta na Mesa, entregue na Mesa pelo PSD e eu mandei fazer cópias para todos os Representantes. -----

----- Se os Senhores Deputados entenderem que esta proposta de alteração requer mais tempo para análise nós podemos interromper os Trabalhos por uns minutos para poderem analisar, não tenho qualquer dificuldade com isso, mas acho que todos têm que ver a proposta como é evidente. Não é a primeira vez que são feitas propostas de alteração a Recomendações aqui em Plenário, portanto, isto não é um antecedente de coisa nenhuma, é uma prática muito frequente nesta Casa. -----

----- Outra coisa que queria dizer à Senhora Deputada, naturalmente respeitando as divergências políticas, que esta Casa é mesmo um sinal disso, o agendamento da Assembleia Municipal é da responsabilidade da Mesa, que não obedece a ditastes de ninguém, levamos as questões à Conferência de Representantes e é conforme o que se discute em Conferência de Representantes que fazemos o agendamento e, portanto, naturalmente Os verdes e o Bloco de Esquerda, o PCP também demonstrou essa intenção, mas Os Verdes e o Bloco de Esquerda sobretudo pediram muito em Conferência de Representantes que a proposta fosse adiada, os outros grupos disseram que já tinham os elementos suficientes para votar a proposta, a proposta tinha o Parecer pronto, foi votada em Comissões e portanto por essa razão a Mesa agendou sem qualquer receio, mas também sem obedecer a nenhuma espécie de imposição e peço que reconheça Senhora Deputada que temos procurado naturalmente com todos os defeitos que temos todos, temos procurado salvaguardar a independência da Assembleia Municipal perante a Câmara porque entendemos que assim é que deve ser, é a Câmara é que presta contas à Assembleia e não é a Assembleia que presta contas à Câmara, este é um princípio básico do nosso enquadramento constitucional. --

----- Posto isto, temos ainda mais intervenções. Senhora Deputada Margarida Saavedra.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, eu passaria então a ler a proposta de alteração, é isso? -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Sim, pode ler, foi distribuída neste momento, mas se quiser pode ler Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente. -----

----- Eu queria antes do mais e porque julgo que é da mais elementar justiça saudar o Senhor Presidente da Câmara de Lisboa pelo espírito e pela abertura que mostrou ao longo da discussão desta proposta, ouvindo os nossos argumentos, ponderando as nossas propostas, o que permitiu chegar a um consenso, portanto, acho que o PSD foi ao encontro do interesse público, mas acho que o Senhor Presidente também fez um esforço necessário para isso e não queremos deixar de aqui de o reiterar e de o expressar publicamente. -----

----- Portanto, vou passar a ler a proposta de alteração à alínea a) da Recomendação 2/77 - Recomendação à Câmara sobre a Proposta 395/CM/2015. -----

----- Os Deputados Municipais do PSD propõem a seguinte alteração à alínea a) da Recomendação 2/77 com aditamento de novas alíneas a1) e a2). -----

----- Alínea a) Que ao abrigo do número três do Artigo 25 do regime Jurídico das Autarquias Locais publicado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara aprova a substituição na Ficha de Identificação das condicionantes urbanísticas do terreno, anexo à Proposta 395/CM/2015 da expressão “A superfície de pavimento destinada a habitação não poderá ser inferior a 20% do total da superfície de pavimento inserida nos usos primitivos”, substituição pela expressão “A superfície de pavimento destinada a área de habitação efetiva, ficando expressamente excluídas as instalações residenciais especiais, instalações hoteleiras e afins, não poderá ser inferior a 25% nem superior a 35% da superfície do pavimento acima do solo.” -----

----- Na a1) A superfície do pavimento acima do solo destinada a comércio não poderá ser superior a 25% da superfície total do pavimento acima do solo.” -----

----- Na a2) As alterações anteriores que deverão ser incluídas em todos os documentos da hasta que definam os usos permitidos não implicam qualquer alteração no valor da hasta pública nem nas condições gerais das mesmas.” -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **Recomendação nº 2/77 - Recomendação à CML, resultante do Parecer Conjunto da 1ª. e 3ª. Comissões Permanentes sobre a proposta nº 395/CM/2015, sobre a alienação do terreno da antiga Feira Popular.** -----

----- (A Recomendação nº. 2/77 fica anexada à presente Ata como **Anexo VIII**, e dela faz parte integrante); -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada senhora Deputada Municipal. -----

----- A Mesa tem aqui indicação que o Senhor Vereador Manuel Salgado tem respostas e esclarecimentos que quer dar e o Senhor Presidente também tem. Pergunto se os Senhores Deputados Municipais, bem, vamos ouvir primeiro os esclarecimentos e depois se verá.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- A Senhora Deputada Margarida Saavedra questionou-me sobre a questão das cedências. Primeiro ponto, nas hastas públicas promovidas pela Câmara e mesmo em 2005, na hasta pública destes mesmos terrenos não estava prevista cedência e em 2005 nem tão pouco estava previsto o pagamento de TRIU, ou seja o preço já incorporava tanto as compensações como a TRIU e esta é a prática que a Câmara Municipal tem seguido e, portanto, significa que no preço se as compensações fossem cobradas à parte seria deduzido o seu montante.-----

----- Relativamente aos critérios técnicos queria explicar o seguinte, como sabem genericamente este terreno destina-se a comércio, serviços e habitação, admitindo que a habitação atinge o máximo de 35% isso significa cerca de 50 mil metros quadrados de área destinada à construção, o que dá um número aproximadamente de 400 fogos, ou seja, mesmo indo para um rácio superior ao rácio da dimensão média da família teríamos cerca de mil residentes, mil residentes tem impacto em termos de equipamentos escolar na ordem das duas salas, uma sala para creche e uma sala para JI, ou seja, isto daria um total de 20 crianças e não tão pouco, nem sequer esgotava a capacidade dessas salas. -----

----- Por outro lado nós temos ali ao lado a Escola Arnaldo Louro, que está a ser reabilitada pela Câmara e esta é uma das zonas da cidade onde temos oferta excedentária relativamente às necessidades dos residentes. -----

----- Temos duas situações na cidade de Lisboa neste momento com oferta deficitária, a Freguesia da estrela e a Freguesia de Campolide sobre as quais estamos a trabalhar, não é o caso desta zona da cidade. Muito obrigado Senhora Presidente.”-----

----- **O Senhor Presidente da CML** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhora Presidente, Senhoras e senhores Deputados, Senhores Vereadores. -----

----- Quero terminar nesta sessão do debate por agradecer a colaboração de todos os Senhores Deputados, por agradecer os trabalhos da Comissão, por agradecer em particular à Senhora Presidente da Assembleia Municipal pela forma como conduziu todo este processo, de uma matéria muito delicada e sensível na vida da cidade, creio que damos um bom contributo para a cidade na resolução deste problema, mas damos também um contributo à vida política da cidade a forma como somos capazes de construir consensos e entendimentos, apesar das diferenças e das divergências naturais relativamente às matérias, em matérias tão importantes.-----

----- Quero deixar uma palavra muito particular de agradecimento a todos os grupos parlamentares, ao grupo parlamentar do PSD, do PCP, dos Verdes e do Bloco de Esquerda, do CDS, do PAN, do PNPB e de todos os grupos e de todos os Deputados

porque apesar das diferenças sei que foi feito um trabalho de grande profundidade e de seriedade na busca do entendimento para este problema. -----

----- Não tenho nenhuma dúvida em afirmar que a proposta que resultou do debate tido em Câmara, a proposta que resultou do debate tido na Comissão que resultou da Petição, que resultou da audição feita na Assembleia e que resulta dos debates entre todos os que aqui fomos tendo é uma proposta que é melhor para a cidade do que a proposta que o Executivo inicialmente apresentou, esta proposta e se forem votadas as Recomendações que constam no Parecer e as alterações que agora vão ser aqui apresentadas correspondem e resultarão numa melhor proposta para a cidade e isto é coisa que eu um dia queria assinalar, é um momento que eu queria assinalar porque cumprimos aqui o que é o mais importante, um trabalho em conjunto em favor da cidade e com um resultado que inequivocamente digo sem dúvida que é melhor do que a proposta original eu o Executivo apresentou. -----

----- Temos as linhas de fundo estabelecidas, a realização de uma operação, temos o contexto de fundo do ponto de vista urbanístico muito bem estabilizado, uma ampla zona de circulação pública, uma generosa zona de espaços verdes, temos um mecanismo eficaz do ponto de vista de assegurar a construção atempada do projeto, temos uma afetação dos usos que é uma afetação equilibrada face às necessidades da cidade do ponto de vista do emprego, mas também à necessidade de promover uma utilização que tenha múltiplas valências dentro do mesmo espaço, temos uma garantia relativamente ao desenvolvimento harmonioso com o estabelecimento de zonas de equipamento que sirvam a nova aglomeração que é aqui colocada. -----

----- Teremos a capacidade de assegurar e de prosseguir uma participação ativa da cidade e dos cidadãos que mais do que neste momento em particular da hasta pública, creio eu que será mais sensível, mais evidente e mais expressiva no momento em que discutirmos a solução concreta do ponto de vista do projeto, isto está aqui mesmo assegurado e teremos também a preservação de um espaço relativamente de memória relativamente ao Teatro Vasco Santana. -----

----- Gostava de dizer à Assembleia que sendo aprovadas as recomendações que constam do Parecer da Comissão, alteradas pela Proposta que a Deputada Margarida Saavedra aqui apresentou que eu amanhã mesmo submeterei à Câmara a aprovação destas Recomendações, retificando a proposta da Câmara e fazendo no fundo uma nova proposta consolidada que a partir de amanhã passa a ser a proposta da cidade de Lisboa para o futuro dos terrenos da antiga Feira Popular. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada Senhor Presidente, penso que a Senhora Deputada Margarida Saavedra queria ainda dar aqui uma pequena nota. Microfone à Senhora Deputada Margarida Saavedra. -----

----- Pergunto se mais algum senhor Deputado se quer inscrever?” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“Não era mais nada Senhora Presidente, era só para dizer que não fiquei esclarecida e que vamos pedir esclarecimentos por escrito. Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Microfone ao Senhor Deputado Ricardo Robles. O senhor Deputado tinha pedido mais tempo e eu queria dizer que os Deputados Independentes lhe cedem tempo, faz favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada. Ainda temos 50 segundos, também vai ser muito rápido. -----

----- O que vamos votar é a proposta tal como está?” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu vou-lhe explicar o que é que vamos fazer, era isso mesmo que eu ia fazer agora.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Então eu aguardo pela sua explicação e depois intervenho.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito bem. -----

----- Portanto, aquilo que eu ia propor à vossa consideração e de acordo com o que são as conclusões do parecer que foi aprovado ontem era o seguinte: votarmos em primeiro lugar a Recomendação com as suas alterações, caso a Recomendação seja aprovada votarmos a Proposta, condicionando a sua aprovação à aceitação pela Câmara destas Recomendações que já foram aqui manifestadas e especificamente tudo o que tem a ver com as alterações dos valores dos usos permitidos tem que ser incluído em nova Proposta a aprovar pela Câmara para ser eficaz, sem isso não há eficácia jurídica da decisão, nós não podemos alterar a Proposta, podemos fazer Recomendações, a Câmara acata as Recomendações, depois tem que fazer uma nova proposta, essa proposta é aprovada se ela coincidir com o que a Assembleia recomendou nós tomamos disso conhecimento, não há mais condição suspensiva, está realizada a nossa condição suspensiva e a Proposta pode ser considerada, mas portanto a ordem da votação do meu ponto de vista é primeiro a Recomendação, aliás, na Recomendação temos que excepcionar a alínea a) porque há uma proposta da alteração do PSD à alínea a), portanto, é a Recomendação sem a alínea a). -----

----- Depois a alínea a) na versão do PSD, se isso for aprovado fica prejudicada a versão original, depois no caso de isto tudo ser aprovado passamos à votação da proposta com este condicionamento da alteração das alíneas que aqui ficaram explicitadas e que eu no momento da votação voltarei a explicitar e voltarei a evocar os termos legais específicos que nos permitem fazer isto porque não pode haver nenhuma dúvida sobre o teor da decisão da assembleia sobre a forma como o processo

decorreu, sobre a Ata em Minuta que vamos fazer e sobre a legalidade da decisão, seja ela qual for naturalmente.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, eu considero a proposta da Senhora Presidente razoável, pretende respeitar ao máximo a base legal desta decisão, no entanto eu lembro que esta proposta tem antecedentes que já foram referidos noutros locais, como a Comissão, que nos envergonham um pouco até pelos procedimentos que tomaram e as voltas que tomaram entre este Órgão e a Câmara Municipal, e portanto, aqui eu acho que era de bom senso que a proposta fosse totalmente clara quando é votada na assembleia Municipal e que correspondesse totalmente à proposta que depois seguirá no final para a Câmara Municipal de Lisboa e, portanto, reconhecendo que a sua proposta tem uma base legal eu gostaria que ela fosse diferente e desse ponto de vista que a proposta regressasse à Câmara e que viesse novamente à Assembleia Municipal com a sua redação final, porque propõe que votaremos primeiro a Recomendação e depois a proposta, mas a Recomendação é uma Recomendação, com certeza que está a ser assumida pelo Senhor Presidente, mas é uma Recomendação e não é a proposta final e, portanto, esta proposta seguindo condicionada acho que sairia fragilizada e é de tal forma importante que não deveria ser fragilizada. -----

----- Por último outra razão para que esta proposta regressasse à Câmara e apelo também aos Senhores Deputados Municipais que fação uma reflexão sobre isso é que esta alteração proposta agora pelo grupo municipal do PSD altera as percentagens de uso e a avaliação feita que dá num resultado de valor base para a hasta pública é feita noutras percentagens de uso e, portanto, pode ser uma alteração pequena ou grande, nós não sabemos agora, pode ser pequena mas seria de todo cauteloso que uma proposta com esta importância fosse perfeitamente clara e que não tivesse qualquer equívoco nem qualquer registo histórico que impedisse da sua clareza e da sua base legal e, portanto, a proposta que nós apresentamos é que regresse à Câmara, seja reavaliada em função destas alterações de uso, com as quais nós poderemos vir a concordar na votação, mas que regresse à Câmara e volte aqui totalmente clara.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado, em primeiro lugar nós não temos competências para alterar a proposta, portanto aquilo que eu proponho é fazer aquilo que a Lei nos permite, a Câmara apresentou a proposta, não a retirou, apresentou-a, ela está apreciada tem que ser votada, ou é chumbada ou é aprovada, aquilo que nós podemos fazer e é o que eu proponho é uma votação condicionada, só aprovamos se a Câmara acatar isto, vamos ter que esperar que a Câmara mande para cá a proposta em como acatou isto tudo se for assim a vossa decisão. -----

----- A alternativa que o Senhor Deputado me está a propor do ponto de vista processual, eu posso pô-la à consideração do Plenário, era no sentido de não votarmos agora e adiarmos, posso pôr isto à condição do Plenário mas creio que não será

necessário pela manifestação de vontade que já tivemos de todos os grupos não será necessário porque não haverá maioria nesse sentido. -----

----- O Senhor Deputado do PSD... Eu peço desculpa mas agora estou a tentar responder ao Senhor Deputado Ricardo Robles. Pede a palavra para?” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“ Para pedir um esclarecimento. -----

----- Senhora Presidente, se bem entendi, já agora pedia-lhe esse esclarecimento, eu ouvi o Senhor Presidente da Câmara Municipal dizer que irá acolher a Recomendação do PSD, irá levar à Reunião de Câmara para criar uma nova proposta e com isso depois transportará para este fórum essa nova proposta para ser aprovada, Foi isso? Percebi bem, Senhora Presidente?-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado, não tem problema nenhum, estas coisas têm que ficar muito claras, eu já disse duas vezes mas volto a dizer, volto a dizer aquilo que está previsto na Lei, a Assembleia não pode alterar propostas de alienação de ativos imobiliários, não pode alterar propostas, não pode alterar mas a Câmara pode aceitar recomendações da Assembleia, daí que o caminho da decisão coletiva que eu preparei convosco e que dei conhecimento na Comissão e teve o apoio da Comissão, das duas Comissões foi que vamos apresentar uma Recomendação, vamos propor uma votação condicionada a que desta Recomendação os aspetos que incidem sobre os limites dos usos permitidos sejam obrigatórios. A Câmara terá que acolher isto em nova proposta, a Lei obriga a fazer nova proposta mas não obriga a que ela volte cá outra vez, é esta questão que tem que ficar clara, não obriga a que ela volte cá outra vez porque se trata apenas de incorporar o que a Assembleia está a pedir.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“ Ok Senhora Presidente, já percebi, portanto, não faz muito sentido a intervenção do Deputado do Bloco de Esquerda, a Senhora Presidente assume que vai incorporar as nossas Recomendações, portanto não faz muito sentido, percebe-se que o Bloco de Esquerda queira naturalmente adiar a votação, já percebemos que é um esquema político.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado, peço desculpa mas a Mesa já tinha esclarecido que era essa a questão precisamente, se é um adiamento ou é uma votação, portanto, fazem-me sinal que não é necessário pôr à consideração ou se é preciso adiar ou não, eu posso pôr isso à consideração por uma questão de transparência, também não custa nada perguntar Senhores Deputados, há uma proposta. -----

----- Não custa nada perguntar Senhores Deputados, isto é uma Assembleia Democrática, houve uma proposta de um grupo municipal no sentido de adiar a

votação desta proposta, ouviram-no, foi nesse sentido...Ajude-me lá aqui a resolver isto.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A proposta que o Bloco de Esquerda fez foi por um lado a questão da Recomendação ser uma Recomendação e não ser uma alteração da proposta, como muito bem disse a Senhora Presidente, que decorre da Lei 75 artigo 25º., nós não podemos alterar propostas de hasta pública, mas há outra questão que tem a ver como valor da hasta pública que sai alterado...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu ia responder a isso! -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Pronto, muito bem, a proposta do Bloco fundamenta-se sobretudo por isso, portanto, que a proposta deve ser, voltar à Câmara por causa disso.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Não, eu tive muito cuidado com isso porque já tinha na proposta de Parecer a indicação que devia ser uma votação condicionada a um aumento da área mínima para habitação que constava da proposta da Câmara, portanto, tive o cuidado de me informar junto nomeadamente da Senhora Diretora Municipal da Gestão Patrimonial, que é o responsável de todo este processo, se a alteração de 20 para 25 na habitação, ou que 30 eventualmente que se pudesse aqui chegar, enfim, se houvesse essa alteração iria implicar nos valores da avaliação, implicaria para mais e, portanto não é relevante do nosso ponto de vista, poderia implicar, poderia implicar, poderia, os 20 para 25, estamos a falar de 20 para 25, poderia implicar mas as cinco avaliações têm um diferencial muito grande entre elas. -----

----- A Câmara fez uma média das três mais altas, as mais altas são as que valorizaram mais a habitação e, portanto, do meu ponto de vista como Relatora, agora eu estou a usar, desculpem-me, não é habitual como sou Relatora tenho que usar da palavra para esclarecer, do meu ponto de vista não há alterações e mais fica expressamente nesta alteração à proposta de recomendação, fica expressamente dito que estas alterações que deverão ser incluídas em todos os documentos, não implicam qualquer alteração no valor da hasta pública nem nas condições gerais da mesma, porque se implicassem alterações no valor base da hasta pública ou nas condições gerais a Câmara teria que fazer uma nova proposta, no fundo estávamos aqui a rejeitar esta e a dizer façam outra, esse é outro caminho alternativo, não é o caminho que estamos a conduzir nestes trabalhos, por aquilo que têm sido as intervenções de todos os vários grupos municipais, o outro caminho era esse, não queremos, volta para trás e façam outra. Naturalmente os grupos municipais estão no direito de defender esse outro caminho, não foi esse o caminho que teve o apoio maioritário nas duas Comissões e, portanto, nós vamos seguir o caminho, penso que não tenho que sujeitar

a mais nenhuma votação neste momento, vamos seguir o caminho que a Mesa aqui propôs.-----

----- Faça o favor Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Presidente da CML** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhora Presidente, muito obrigado, agradecer-lhe o método e creio que é de facto o método mais adequado porque a proposta só se torna efetiva quando a Câmara aprovar e responder favoravelmente a todas as Recomendações da Assembleia e por isso é no fundo pouparmos o tempo de uma nova Sessão especificamente deliberada para a apreciação de uma proposta. -----

----- Mas quero responder de forma precisa ao Deputado Ricardo Robles para que nesta matéria não haja qualquer tipo de dúvidas, não se justifica com estes acertos e estas clarificações das alterações de uma alteração do valor base e não se justifica porque o valor base é precisamente isso, é um valor base para uma hasta pública, é o valor a partir do qual irá ser iniciada uma licitação sobre a venda de um ativo e como viu, face exatamente aos mesmos critérios e aplicando exatamente a mesma base há variabilidades relativamente à aceitabilidade desses valores entre as várias propostas de avaliações entre as apreciações que as várias entidades apresentaram, algumas delas até com significado dentro dos mesmos critérios e a apreciação que nós temos é que estas alterações são reduzidas do ponto de vista do seu âmbito, que não justificam nenhuma alteração do que é o valor base sobre o qual colocamos a hasta pública. -----

----- É este o entendimento que temos e basta aliás consultar quando para exatamente os mesmos parâmetros de avaliação tem avaliações que distam uma percentagem muito significativa, o que nós aqui fazemos é uma correção, umas das correções aumentarão potencialmente o valor, outras adequarão o valor, bem, não se justifica que numa proposta de valor base haja aqui alguma alteração, o que importa acima de tudo é que esta valor base esteja adequadamente estabelecido e nós cremos que ele está por todas as razões, quer pelas razões das avaliações quer pela razão do próprio conhecimento que temos do mercado, quer também pelo valor histórico com que uma licitação já foi feita sobre isto e é importante algo, em segundo lugar, que é termos um processo que seja o mais concorrencial possível e este processo mais concorrencial decorre de muitos fatores, decorre do facto de divulgarmos muito a operação, decorre do facto de dialogarmos com muitos potenciais investidores sinalizando a operação mas decorre também de algo de maior importância que nós estamos a fazer nesta proposta na Câmara e na Assembleia, que é sermos extraordinariamente claros relativamente aquilo que pode ser o desenvolvimento urbano do projeto e isso é um elemento essencial para gerar a confiança em quem vai adquirir e em quem vai concorrer a essa proposta, é por isso que eu digo e repito, tenho a certeza e afirmo que a proposta de alienação dos terrenos da Feira Popular será melhor quando a Câmara aprovar as Recomendações que a Assembleia venha a aprovar. -----

----- Estou-me a antecipar à votação e ao resultado mas porque creio que precisa melhor os termos do desenvolvimento e torna muito claro aquilo que é a vontade do Município a todos os seus níveis para aquela zona da cidade. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente.-----

----- Senhores Deputados, a Mesa não regista neste momento pedidos de intervenção portanto iremos pôr à votação, à vossa consideração em primeiro lugar a Recomendação 2/77 sem a alínea a), porque há depois uma proposta de alteração à alínea a) que temos que votar antes de votar a redação original da proposta, portanto, é a Recomendação 2/77 nas suas alíneas b), c), há duas vezes c), tem que ser retificado mas a segunda c) passa a d), a d) passa a f), desculpem mas isto foi erra meu, e a f) passa a g). Portanto, Senhores Deputados vou pôr à consideração e à votação dos Senhores Deputados a **Recomendação 2/77 (1ª. e 3ª. CP) sobre a Proposta 395/CM/2015** sobre a alienação do terreno da antiga Feira Popular, sem a alínea a) e incluindo as alíneas b), c), d), f) e g).-----

----- Senhor Deputado Ricardo Robles faça o favor. Ah, é ponto por ponto, muito bem, pode ser ponto por ponto que aceba por ser mais simples, eu é que tenho que ter aqui as minhas fichas à mão que é para não me baralhar depois nas contas.-----

----- Muito bem. Então nesse caso posso pôr à votação se quiserem já **o Corpo Inicial e depois a alínea b)** que é o Estudo de Tráfego.-----

----- Não há votos contra. Abstenções do PCP, PEV e BE. Votos a favor do PS, PSD, CDS/PP, MPT, PAN, PNP, 6 IND. **Aprovada por maioria.**-----

----- Vamos pôr agora à votação a **alínea c)**. Não tem votos contra. Abstenções do PCP e do PEV. Votos a favor do PS, PSD, CDS/PP, MPT, PAN, PNP e 6 IND. **Aprovada por maioria.**-----

----- Vamos pôr agora à votação a **alínea d)**. Não tem votos contra. Votos de abstenção do BE, PEV e PCP. Fotos a favor do PS, PSD, CDS/PP, MPT, PAN, PNP e 6 IND. **Aprovada por maioria.**-----

----- Vamos pôr agora à votação a **alínea e)**. Não tem votos contra. Votos de abstenção do PCP. Votos a favor do PS, PSD, BE, CDS/PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND. **Aprovada por maioria.**-----

----- Vamos pôr agora à votação a **alínea f)**. Não tem votos contra. Não há abstenções. Votos favoráveis são os restantes. Foi **aprovada por unanimidade**, com que eu me congratulo.-----

----- Vamos pôr agora à votação a **alínea g)**. Não tem votos contra. Não há abstenções. Votos favoráveis são os restantes. Foi **aprovada por unanimidade**, pelo que eu também me congratulo.-----

----- Esta parte da nossa decisão está feita, vamos ver a gora a Alteração que o PSD propõe e o aditamento de uma alínea a1) e uma alínea a2), portanto, eu vou dizer o essencial da alteração. Na aléa a) onde estava a referência a “não pode ser inferior a 25%” passa a ser “ não ser inferior a 25% nem a 35% no que se destina a habitação” e especifica que é “habitação efetiva, ficando expressamente excluídas as instalações residenciais especiais, instalações hoteleiras e afins”, é este o teor da alteração da alínea a).-----

----- A alínea a1) nova diz que “a superfície de pavimentação acima do solo destinada a comércio não poderá ser superior a 25% da superfície total do pavimento acima do solo. -----

----- A alínea a2) nova diz “as alterações anteriores que deverão ser incluídas em todos os documentos da hasta que definam os usos permitidos não implicam qualquer alteração no valor da hasta pública nem nas condições gerais da mesma”. -----

----- É esta a proposta do PSD, que é essa que a Mesa vai pôr à consideração, a proposta apresentada pelo PSD. -----

----- É a Proposta de alteração à alínea a) da Recomendação nº. 2/77 (Recomendação à CML sobre a proposta 395/CM/2015). Não há votos contra. Abstenções de PCP, BE e PEV. Votos a favor do PS, PSD, CDS/PP, MPT, PAN, PNP e 6 IND. Está **aprovada por maioria**. -----

----- Posto isto, temos a **Recomendação 2/77 aprovada**. -----

----- Agora vamos passar à **Proposta 395/CM/2015** propriamente dita e vamos então ver como é que a vamos votar. -----

----- A Proposta 395/CM/2015 tem sete pontos, o primeiro diz respeito à alienação nas condições que estão aqui; o segundo ao valor base de licitação de 135,7 milhões de euros; o terceiro são as peças escritas e desenhadas do programa do concurso e do caderno de encargos; o quarto é a aprovação da minuta de contrato de compra e venda; o quinto é a constituição da comissão da hasta pública, que será presidida pelo Senhor Diretor Municipal da Direção Municipal da Gestão Patrimonial; o sexto é a nomeação da assessoria à Comissão e o sétimo é a Delegação na Comissão dos poderes necessários para promover a hasta pública, que é a retificação de erros, como é habitual. São estes os sete pontos. -----

----- Os termos em que isto vai ser posto à votação eu vou passar a dizer: vamos pôr à votação a proposta 395/CM/2015 condicionada à aceitação pela Câmara da nova redação das alíneas a), a1), a2) e b) incluídas na Recomendação 2/77 aprovada, que se transcrevem, depois transcreve-se isto e em caso de aprovação isto para esclarecimento ficará em Ata em Minuta, que em caso de aprovação desta proposta, nos termos da Lei a Câmara terá que fazer uma nova proposta tratando-se de dar cumprimento a uma recomendação da Assembleia, não havendo alteração de fundo nas condições gerais da hasta, nomeadamente no limite de edificabilidade e no valor base de licitação, a nova proposta não carece de nova apreciação pela Assembleia, devendo contudo a Câmara informar a Assembleia da sua aprovação a fim de dar plena eficácia à Deliberação condicionada desta sobre a Proposta 395/CM/2015 por estar verificada a condição suspensiva, são estes os termos que serão transcritos na Ata em Minuta caso a proposta seja aprovada, portanto, condicionada a estes termos. --

-----Vamos pôr à votação. Votos contra do BE e do PEV. Abstenções do PCP, CDS/PP e MPT. Votos a favor do PS, PSD, PAN, PNP e 6 IND. **A proposta 395/CM/2015 está aprovada por maioria, em votação condicionada**. -----

----- Ficaremos a aguardar a proposta definitiva aprovada em sede de Câmara, de que darei conhecimento naturalmente a todos os Senhores Deputados Municipais e será colocada em *site* quando chegar. -----

----- O Senhor Deputado do PSD, Presidente da Junta de Freguesia das Avenidas Novas está-me a fazer sinal que quer usar da palavra para uma Declaração de voto em nome da Bancada, tem esse direito, faça o favor.”-----

----- **O Deputado Municipal Daniel Gonçalves (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia das Avenidas Novas, apresentou a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- “*Excelentíssima Senhora Presidente da Mesa da assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais, Excelentíssimos senhores Peticionários, Excelentíssimo Público.*-----

----- *Independentemente do sentido de voto do PSD, o Partido que represento, quero na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia das Avenidas Novas deixar clara a min há posição nesta matéria, assim quero aqui apelar à Câmara Municipal que aproveite os terrenos da Feira Popular para garantir na Freguesia de Avenidas Novas mais um espaço verde, garantido espaço público de qualidade e que garanta também uma percentagem de habitação aceitável, aliás no sentido do desejo de todos nós em atrair moradores para a cidade de Lisboa.*-----

----- *Portanto, que fique claro que pretendo que a Freguesia evolua mas sempre com a preocupação de defender a qualidade de vida dos munícipes que ali vivem, trabalham e estudam na Freguesia de Avenidas Novas.*-----

----- *Quero salientar e enaltecer a total abertura do Senhor Presidente da Câmara no sentido de incorporar as propostas que beneficiaram ainda mais o resultado final deste projeto.*-----

----- *Ficou aqui evidente que o espírito de consenso deve prevalecer. Disse. Muito obrigado”*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Tenho aqui a informação do Senhor Primeiro Secretário que os Senhores Deputados Independentes e Bloco de Esquerda irão apresentar uma Declaração de Voto por escrito.”-----

----- Pelos **Deputados Independentes do Movimento “Cidadãos Por Lisboa”, o Senhor Deputado Municipal Sandro Araújo** apresentou a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- “*No seguimento da hasta pública decorrente da proposta supracitada, prevê-se a execução, nos terrenos da antiga Feira Popular, de um projeto urbanístico de enorme escala e relevância estratégica para a cidade.*-----

----- *Neste sentido, O grupo de deputados independentes “Cidadãos por Lisboa”, votaram favoravelmente esta proposta da CML de hasta pública, porquanto se trata de uma operação imprescindível para assegurar uma boa gestão dos recursos da autarquia e, simultaneamente, uma excelente oportunidade de reconfigurar e devolver à população uma área nobre de Lisboa que há muitos anos carecia de uma solução sustentável, considero, contudo, fundamental que o Executivo garanta que: ---*

----- *1) O projeto arquitetónico decorrente da proposta vencedora da hasta pública tenha em particular atenção o facto de a zona em questão incluir locais identificados*

pela Carta de Vulnerabilidade ao Risco de Inundação do concelho de Lisboa como de risco médio / forte, sendo recomendável minimizar a impermeabilização da construção (acima do solo e no subsolo), e garantir a adequação dos canais de escoamento de águas pluviais.-----

----- 2) *A intervenção urbanística recorra às melhores práticas ao nível da promoção dos modos ativos de mobilidade, integrando o projeto edificado de forma eficaz e eficiente na rede municipal de ciclovias, garantindo que as intervenções a este associadas na rodovia incluam espaço dedicado à circulação de velocípedes, mas também privilegiando as zonas de fruição e acesso pedonais, bem como o acesso à rede de transportes públicos, em detrimento da viatura particular, cuja utilização deverá ser fortemente condicionada, numa zona da cidade já demasiado congestionada pelo transporte individual motorizado.*-----

----- 3) *Que o reperfilamento previsto para a Av. República na zona de intervenção permita reduzir de facto a velocidade de atravessamento do trânsito automóvel nessa artéria, que é, em média, muito elevada, provocando elevada poluição atmosférica e sonora, e com prejuízo da segurança rodoviária, em particular para os utilizadores vulneráveis (peões e ciclistas).*”-----

----- (O Bloco de Esquerda não apresentou a Declaração de Voto por escrito).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito bem Senhores Deputados, vamos prosseguir, a **Proposta 342/CM/2015 foi adiada**. Devo dizer que ainda bem porque já temos aqui hoje matéria intensa para o nosso trabalho.-----

----- Temos dois pacotes que parecem muitas propostas e são efetivamente mas que são relativamente simples, portanto eu penso que os poderemos ainda resolver hoje. ---

----- Vou colocar o primeiro à apreciação, o Pacote “afetações e desafetações do domínio Público e direitos de superfície”.-----

----- **PONTO 4 – APRECIACÃO CONJUNTA DAS TRÊS PROPOSTAS ABAIXO INDICADAS, NOS TERMOS DAS MESMAS E AO ABRIGO DAS ALÍNEAS i) E q) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS APROVADO PELA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; 1,5 X GRELHA-BASE – 51 m);**-----

-----**PROPOSTA Nº 340/CM/2015 – DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE DUAS PARCELAS DE TERRENO, SITAS NA AVENIDA DE CEUTA E NA RUA CONDE DE ALMOSTER;**-----

-----**PROPOSTA Nº 341/CM/2015 – AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE PARCELA DE TERRENO NA RUA EMBAIXADOR MARTINS JANEIRA;**-----

-----**PROPOSTA Nº 345/CM/2015 – REVOGACÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE CONSTITUÍDO A FAVOR DO GINÁSIO CLUBE PORTUGUÊS, SOBRE UMA PARCELA DE TERRENO NA PRAÇA**

GINÁSIO CLUBE PORTUGUÊS E A CONSTITUIÇÃO DE UM NOVO DIREITO DE SUPERFÍCIE A FAVOR DO MESMO CLUBE; -----

(As Propostas 340, 341 e 345/CM/2015 ficam anexadas à presente Ata como **anexos IX, X e XI** e dela fazem parte integrante)

----- (Os **Pareceres** da 1ª Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos sobre as três Propostas, ficam anexados à presente Ata como **anexo XII, XIII e XIV**, e dela fazem parte integrante). -----

----- Eu pergunto à Câmara Se prescinde da apresentação destas propostas? Prescinde. A Senhora Deputa Maria Luísa Aldim é a Relatora, ilustre Relatora faça o favor de apresentar. Também prescinda. Muito bem então a Mesa vai pôr à consideração uma vez que não tenho inscrições. -----

----- Alguém se quer inscrever sobre alguma destas propostas? Eu julgo que havia uma dúvida do Senhor Deputado Magalhães Pereira mas eu não o vejo aqui na sala, eu depois fá-la-ei chegar à Câmara porque havia uma dúvida sobre um cálculo de um índice, mas eu não o vejo aqui e confesso que não o consegui registar porque era uma coisa matemática altamente desenvolvida e a minha capacidade matemática não chegou lá, mas farei chegar à Câmara essa questão e portanto vamos pôr à votação uma a uma as propostas que estão aqui consideradas.-----

----- Em primeiro lugar a proposta **340/CM/2015**. Não há votos contra. Abstenções do PEV e PAN. Votos favoráveis do PS, PSD, PCP, BE, CDS/PP. MPT, PNPN, e 6 IND. **Aprovada por maioria.** -----

----- **Proposta 341/CM/2015** vamos pôr à votação. Não há votos contra. Abstenção do PAN. Votos favoráveis do PS, PSD, PCP, BE, CDS/PP, PEV, MPT, PNPN e 6 IND. **Aprovada por maioria.** -----

----- **Proposta 345/CM/2015** vamos pôr à votação. Votos contra do BE. Abstenções do PCP e PEV. Votos favoráveis do PS, PSD, CDS/PP, MPT, PAN, PNPN e 6 IND. **Aprovada por maioria.** -----

----- Senhores Deputados, temos um último pacote, é o **Pacote “delegações de competências em Juntas de Freguesia”**, a Mesa chama a atenção que há aqui duas propostas, suponho eu que é a proposta 370 e 373 em que, chamo a atenção da Câmara, acho que é do Senhor Vereador Duarte Cordeiro, a cabimentação é inferior ao montante da delegação de competências e, portanto, pediram-me para chamar a atenção da Câmara que esta é uma votação que vamos fazer mas condicionada à retificação da cabimentação porque não podemos aprovar uma coisa se a cabimentação for inferior à sua dotação. -----

----- Estamos a falar do caso salvo erro a omissão da proposta 373 e da proposta e a proposta 370 que têm que ter uma votação condicionada porque a cabimentação é inferior à delegação de competências.”-----

----- **PONTO 5 – APRECIACÃO CONJUNTA DAS NOVE PROPOSTAS ABAIXO INDICADAS, NOS TERMOS DAS MESMAS E AO ABRIGO DO ARTIGO 23º E DA ALÍNEA K) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, BEM COMO DOS ARTIGOS 116º E SEGUINTE DO REGIME JURIDICO DE DELEGACÃO DE**

COMPETÊNCIAS DOS MUNICIPIOS NAS FREGUESIAS, AMBOS OS REGIMES APROVADOS PELA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; 2 X GRELHA-BASE – 68 m); -----

-----**PROPOSTA Nº 365/CM/2015 – DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE A CML E A JUNTA DE FREGUESIA DO BEATO;**-----

-----**PROPOSTA Nº 366/CM/2015 – DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE A CML E A JUNTA DE FREGUESIA DAS AVENIDAS NOVAS;**-----

-----**PROPOSTA Nº 367/CM/2015 – DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE A CML E A JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR;**---

-----**PROPOSTA Nº 368/CM/2015 – DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE A CML E A JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA;**-----

-----**PROPOSTA Nº 369/CM/2015 – DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE A CML E A JUNTA DE FREGUESIA DE CARNIDE;**-----

-----**PROPOSTA Nº 370/CM/2015 – DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE A CML E A JUNTA DE FREGUESIA DO PARQUE DAS NAÇOES;**---

-----**PROPOSTA Nº 371/CM/2015 – DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE A CML E A JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA CLARA;**-----

-----**PROPOSTA Nº 372/CM/2015 – DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE A CML E A JUNTA DE FREGUESIA DE SANTO ANTÓNIO;**-----

-----**PROPOSTA Nº 373/CM/2015 – DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE A CML E A JUNTA DE FREGUESIA DE PENHA DE FRANÇA;**-----

----- (As Propostas 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372 e 373/CM/2015 ficam anexadas à presente Ata como **anexos XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI e XXII**, e dela fazem parte integrante)

----- (O **Parecer Conjunto** da 1ª e 5ª Comissões, Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos e a Comissão Permanente de Descentralização e Obras Municipais sobre as nove Propostas, ficam anexados à presente Ata como **anexos XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII; XXVIII, XXIX, XXX e XXXI**, e dela fazem parte integrante). -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte declaração:-----

----- “Antes de lhe dar a palavra Senhor Vereador, quer apresentar as propostas? Não. -

----- Senhores Deputados Relatores sofia Dias e Magalhães Pereira querem apresentar os Pareceres? A Senhora Deputada relatora quer sim senhora. -----

----- Quer fazer uma precisão porque houve muito cuidado na apreciação destas propostas, vamos ver então o que tem para nos dizer.” -----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº 3/77 RESULTANTE DO PARECER CONJUNTO DA 1ª. E 5ª. COMISSÕES PERMANENTES SOBRE AS 9 PROPOSTAS DO PACOTE “DELEGAÇÕES DE COMPETÊNCIAS EM JUNTAS DE FREGUESIA”** -----

----- (A Recomendação nº. 3/77 é anexada à presente Ata como **Anexo XXXII** e dela faz parte integrante.)-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sofia Dias (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- (Apresentação do Parecer da 1ª Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos sobre as três Propostas.) -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados Municipais.-----

----- Não vou falar propriamente dos Pareceres, eles são autoexplicativos, trata-se de verdadeiras e próprias delegações de competências relacionadas com a intervenção no espaço público e para além das Recomendações que foram aprovadas e que constam da Recomendação 3/77 queríamos também chamar à atenção para a necessidade da correção de dois pequenos lapsos que não têm nenhuma importância mas simplesmente não estão corretos.-----

----- Relativamente à proposta 367 de Santa Maria Maior no considerando da alínea d) onde se lê “Deve ser assegurada a degradação” deve ler-se “Deve ser evitada a degradação” do quiosque, já que é disso que se trata, portanto, manifestamente não era isso que se pretendia.-----

----- Relativamente à proposta 372 referente à Freguesia de Santo António há depois no considerando, alínea c) uma referência à Freguesia de Santa Clara, que também se trata de uma mera gralha e, portanto, era para isso que nós queríamos chamar a atenção. Muito obrigada senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte declaração:-----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada, pela vossa minúcia sei que tiveram ajuda porque ali o Grupo Municipal dos Verdes mandou-me também para mim uma lista de várias gralhas e correções que tinham que ser feitas nestas propostas e não deixam nunca passar nada em claro e fazem muito bem.-----

----- Eu pergunto, o Senhor Vereador Duarte Cordeiro tinha pedido a palavra, o Senhor Vice-Presidente tinha pedido a palavra sobre isto.”-----

----- **O Senhor Vereador Duarte Cordeiro** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- Nós tivemos oportunidade de ver o Relatório, agradecemos as gralhas que foram detetadas e as devidas correções.-----

----- No que diz respeito à questão dos cabimentos a informação que eu tenho é que os cabimentos estão corretos, poderá ter havido uma falha de informação que foi prestada da Câmara, que entretanto essa informação está disponível, é uma lacuna que é facilmente colmatada pelo Município porque existe o cabimento e o cabimento está adequado, no que diz respeito a outra matéria que foi identificada que diz respeito à questão, nomeadamente à forma de pagamento nomeadamente das tranches devo referir que nunca foi um assunto nos protocolos de delegação de competências uma vez que a Câmara paga de imediato às Juntas de Freguesia para a execução destes protocolos de delegação de competências, no entanto se a Assembleia Municipal entender manter essa Recomendação nós podemos perfeitamente depois alterar as

proposta em reunião de Câmara, perde-se aqui algum tempo no que diz respeito ao protocolo de delegação de competências mas estamos perfeitamente disponíveis para alterar a proposta, se assim for entendido pela Assembleia Municipal, mas referir que houve uma gralha no que diz respeito...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte declaração:-----

----- “Senhor Vereador, são gralhas materiais, portanto, é simplesmente acatar e corrigir na publicação em Boletim Municipal, tem, que sair a proposta certa.” -----

----- **O Senhor Vereador Duarte Cordeiro** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Mas isso sairá com certeza.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte declaração:-----

----- “Muito obrigada. -----

----- Senhores Deputados, com esta informação aguardaremos depois a confirmação desta questão dos cabimentos, o Senhor Vereador já esclareceu que em princípio estão corretos, o que haverá é falha de informação, eu peço que depois mandem para cá a informação correta para ficar no processo como deve de ser e corrigir as gralhas. -----

----- Sendo assim pergunto se a Senhora Deputada, os Senhores Deputados não querem intervir os Relatores, há Senhores Deputados Municipais que querem intervir nesta matéria, no conjunto do pacote ou em particular sobre uma delas? No conjunto do pacote.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fábio Sousa (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa-tarde a todos, queria só registar que enquanto PCP acreditamos mais neste processo, num processo que é negociado com as freguesias, participado com as populações e que vai de encontro às necessidades concretas da resolução dos problemas das pessoas, sem o processo antigo de maltratar trabalhadores da Câmara Municipal sem desarticular serviços, sem empurrar para as freguesias problemas, portanto, parece-nos que este processo é muito mais transparente e é muito mais vantajoso para todos e portanto podem contar connosco para um processo verdadeiramente participado e verdadeiramente negociado com nas freguesias, de outra forma não estaremos cá. Obrigado”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, muito boa-tarde Senhora Presidente e restantes elementos da Mesa, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Público, Jornalistas, Funcionárias. -----

-----Na análise às delegações de competências contidas nas Propostas nºs 365 a 373/2015, gostaríamos de informar o Senhor Vereador que foram detetadas algumas pequenas gralhas, erros formais, a persistência em algumas cláusulas jurídicas e omissões de cabimentação, de que já ontem fizemos referência na CRGM, para os quais gostaríamos de apelar para a melhor atenção do proponente, o Senhor Vice-

Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, sobre se concorda com a necessidade dessas correções, a fim de estas propostas poderem de seguida ser votadas, em consciência, nesta Assembleia. -----

----- Em primeiro lugar, quase todas as propostas, com a honrosa exceção da Proposta nº 367, repetem uma cláusula sobre a qual já anteriormente havíamos alertado nesta Assembleia Municipal de Lisboa. Na generalidade, contêm uma cláusula final onde se diz que «o presente Contrato pode ser modificado unilateralmente por qualquer uma das partes com fundamento invocado...», etc. -----

-----Releva-se que o que esta cláusula diz expressamente é que uma das partes poderá modificar o contrato depois de assinado, ou seja, alterar o seu conteúdo e não apenas suspender a sua execução ou alegar qualquer incumprimento, o que é no mínimo estranho. Se tal fosse juridicamente viável, qual a utilidade de um contrato poder ser alterado por um dos seus contratantes quando lhe apetecer 'a seu belo prazer'? Por exemplo, decidir 'rasgar' a cláusula nº 'x' depois de assinada. Não tem qualquer lógica processual. -----

----- Por acaso, apenas uma das propostas, a Proposta nº 367 (Santa Maria Maior) refere na Cláusula 11ª que «O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes» e que «As partes podem por mútuo acordo...» (etc.) o que está juridicamente muito mais claro. Também se fica sem perceber qual poderá ser a entidade que terá de 'aferir da validade da fundamentação' para essas eventuais e unilaterais modificações. Sugerimos, por isso, que em futuras propostas a Câmara esclarecesse melhor esta formalidade.-----

----- Vejamos agora algumas das omissões ou pequenas imprecisões em 6 das 9 propostas: -----

----- Na Proposta nº 366 (Avenidas Novas), propõe-se a remodelação do atual posto de limpeza. Porém, apenas são considerados os custos com projetos e com instalações provisórias e temporárias, omitindo-se os custos com o real objeto da Proposta, que é o da remodelação e a «melhoria das condições do estado de conservação, salubridade e segurança». Por acaso, também não é indicado qualquer prazo para execução da obra. -----

----- Na Proposta nº 367 (Santa Maria Maior), na página 1 do Estudo anexo, no seu último parágrafo, diz-se que «é do interesse municipal (...) assegurar a degradação do equipamento»! Claro que só se pode tratar de um 'estranho' lapso linguístico a corrigir ainda aqui em plenário. -----

----- Na Proposta nº 369 (Carnide), a data não deverá ser Junho de 2014, mas sim, claro, de 2015.-----

----- Na Proposta nº 370 (Parque das Nações), temos uma omissão de cabimentação de verbas. Ou seja, a CML diz que afeta duas importâncias (21.058,49€ + 76.376,36€), porém, apenas cabimentou a 1ª verba na coluna "despesa emergente", como aliás fez com as restantes propostas. Terá assim omitido a necessária cabimentação da 2ª verba. -----

----- Na Proposta nº 372 (Santo António), logo na alínea c) da página 1, a proposta contradiz-se indicando que afinal a delegação de competências é com a Freguesia de ... Santa Clara e não com a de Santo António, portanto, temos propostas misturadas na

mesma proposta. Também faltam as fotos na secção 1.2, mas que, neste momento, já se torna irrelevante.-----

----- Na Proposta nº 373 (Penha de França), e para além das anotações pessoais da própria Senhora Presidente da Junta, a delegação de competências também subdivide 2 tranches (20.427,10€ + 13.463,57€). Porém, no final existem duas cabimentações que se repetem, pois a coluna "despesa emergente" apenas repete a importância de 12.720€, que não confere com as referidas duas tranches do corpo do texto da proposta.-----

----- Finalmente, “Os Verdes” compreendem que a maior parte destes erros possam resultar das ações de ‘copy/paste’ efetuadas pelos técnicos da Câmara. Apenas apelamos a alguma melhor atenção futura por parte dos serviços, contando com a anuência do Senhor Vereador para com estas necessárias correções.-----

----- Muito obrigado Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte declaração:-----

----- “Senhores Deputados, este trabalho que o Senhor Deputado Sobreda Antunes aqui veio trazer é da maior importância, isto é uma Assembleia democrática mas é também uma entidade responsável pela legalidade das decisões, evidentemente que há uma chamada de atenção que tem que ser feita aos Serviços da Câmara, através dos quais o Senhor Vereador apresentou estas propostas, que não é aceitável, esta quantidade tão grande de gralhas num conjunto de propostas, portanto, as propostas têm que ser vistas com mais cuidado, com mais atenção porque já não é a primeira vez que isto sucede, naturalmente que nós identificamos aqui estas situações mas era muito conveniente que na Câmara houvesse aqui um cuidado maior dos serviços na apresentação destas propostas.-----

----- Eu penso que o Senhor Vereador tomou nota das gralhas, dos erros e naturalmente só podemos votar as propostas condicionadas à retificação das gralhas materiais porque essas não carecem de nenhuma aprovação e há a garantia que a Câmara nos dá que irá verificar se os cabimentos estão corretos.-----

----- Senhor Vereador se faz favor.”-----

----- **O Senhor Vereador Duarte Cordeiro** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente, obviamente que concordo inteiramente com o que acabou de referir, não é aceitável as propostas chagarem com esta quantidade de gralhas, portanto, estou certo que terei eu próprio uma abordagem muito mais atenta em relação às propostas que chegarão à Assembleia Municipal assinadas pela minha caneta, sendo que dou por boas as correções que a Assembleia Municipal faz às mesmas, no que diz respeito aos cabimentos volto a dizer que são erros materiais que poderão facilmente ser da nossa parte aprovadas que são informações que são fáceis provar que estão completas e que estão corretas e, portanto, no que diz respeito às outras matérias penso que não há razão no que diz respeito ao Boletim Municipal com certeza que estas propostas serão todas devidamente corrigidas para que estes erros que foram detetados não se repitam na

publicação, também a bem do não prejuízo das Juntas de Freguesia que são as principais beneficiadas da matéria.-----

----- Apenas referir que algumas matérias que a Assembleia Municipal em outras assembleias sugeriu para a Câmara Municipal melhorar as propostas, em particular dos protocolos de delegação de competência, nomeadamente a existência de estudos de suporte às delegações, tem havido um cuidado da nossa parte para fundamentar melhor os protocolos de delegação de competências, portanto, também dizer que face ao passado também tem existido alguma evolução nos protocolos de delegação de competências, mas nada justifica as gralhas que foram apresentadas. Muito obrigado.”

----- **A Senhora Deputada Municipal Sofia Dias (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, era apenas para acrescentar, não obstante o facto de nós termos concordado com o teor da recomendação, relativamente à questão do cabimento não se trata qui de uma questão formal na medida em que a Assembleia Municipal não tem competência para aprovação de despesa, tem a competência para aprovação de despesa plurianual, o que não é manifestamente o caso e, portanto, é de facto um erro aparecer o cabimento duplicado, mas não se colocam questões formais. -

----- Por outro lado ainda que a Assembleia Municipal tivesse essa competência as declarações de fundos disponíveis estão corretas e, portanto, não há qualquer dúvida quanto aos valores que estão em causa e também não querámos deixar de concordar e secundar aquilo que o Senhor Vereador Duarte Coerdeiro acabou de dizer no sentido de que há uma evolução muito positiva na redação e nos pacotes que envolvem as delegações de competências e, portanto, achamos que é justo salientar esse mesmo facto. Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhora Presidente, Senhores Deputados Municipais, Senhor Vereador, Senhor Presidente. -----

----- Relativamente a este ponto nós ontem já na Comissão já tivemos a oportunidade de explicar isto e de facto é importante a minúcia como nomeadamente “Os Verdes” analisam estas questões, mas esta minúcia para que não se torne numa crítica e o estar contra por estar contra e porque sim, é preciso fazermos uma leitura atenta e portanto quanto ao mesmo expediente que os Verdes aqui fizeram também eu vou citar aqui algumas propostas de contratos de delegações de competências, nomeadamente o da Junta de Santo António porque eles não foram lidos na íntegra e já ontem fiz isto na Comissão e volto a fazer aqui hoje, por exemplo, de Santo António diz o número 1 da cláusula 7ª. que “o presente contrato pode ser modificado ou revogado a qualquer tempo por acordo entre as partes”, diz o nº. 2 “pode ser modificado unilateralmente por qualquer uma das partes”, como disse o Senhor Deputado dos Verdes, “com fundamento invocado em razões de interesse público ou alteração anormal ou imprevisível das circunstâncias nos termos legalmente aplicáveis devendo a modificação revestir a forma escrita”, é esta a parte que os Verdes se esqueceram ontem e hoje de referir nesta Assembleia.-----

----- De igual modo se esqueceram de referir, e não é o caso único, Santo António, São Domingos de Benfica, Penha de França, Beato, enfim, de facto há um copy paste mas é um copy paste em que isto está em todos os protocolos de delegação de competências e, portanto, Senhora Presente de facto os serviços têm que estar mais atentos mas nós aqui na Assembleia também nos devemos pronunciar, também devemos criticar os serviços depois de lermos as propostas e não com base naquilo que é feito numa intervenção de uma única bancada e não com base naquilo que é apresentado pela Comissão e o trabalho da Comissão, porque nós na Comissão lemos esta matéria, discutimos este assunto e verificámos que todos os protocolos que estamos aqui a discutir e estamos a aprovar ou foram aprovados condicionalmente têm estas duas cláusulas, a cláusula e estes dois pontos, primeiro eles podem ser alterados por acordo das partes unilateralmente desde que hajam todos estes requisitos verificados e não como aqui deu a entender o Senhor Deputado dos Verdes unilateralmente, sem mais. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte declaração:-----

----- “Senhores Deputados, não registo aqui mais inscrições, vamos então pôr à votação estas propostas, estão esclarecidas as dúvidas que elas suscitaram, estão assumidos os compromissos do Senhor Vice-Presidente no que havia que assumir, estão identificadas as gralhas e erros materiais serão devidamente corrigidos e vamos pôr então à votação as propostas.-----

----- Vamos pôr à votação a **Proposta nº 365/2015**. Não há votos contra, não há abstenções, a **Proposta nº 365/2015 foi aprovada por unanimidade**.-----

----- Vamos pôr à votação a **Proposta nº 366/2015**. Não há votos contra, não há abstenções, a **Proposta nº 366/2015 foi aprovada por unanimidade**.-----

----- Vamos pôr à votação a **Proposta nº 367/2015**. Não há votos contra, abstenção do MPT. Votos favoráveis do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, PNPN e 6 IND, a **Proposta nº 367/2015 foi aprovada por maioria**.-----

----- Vamos pôr à votação a **Proposta nº 368/2015**. Não há votos contra, não há abstenções, a **Proposta nº 368/2015 foi aprovada por unanimidade**.-----

----- Vamos pôr à votação a **Proposta nº 369/2015**. Não há votos contra, não há abstenções, a **Proposta nº 369/2015 foi aprovada por unanimidade**.-----

----- Vamos pôr à votação a **Proposta nº 370/2015**. Não há votos contra, não há abstenções, a **Proposta nº 370/2015 foi aprovada por unanimidade**.-----

----- Vamos pôr à votação a **Proposta nº 371/2015**. Não há votos contra, não há abstenções, a **Proposta nº 371/2015 foi aprovada por unanimidade**.-----

----- Vamos pôr à votação a **Proposta nº 372/2015**. Não há votos contra, não há abstenções, a **Proposta nº 372/2015 foi aprovada por unanimidade**.-----

----- Vamos pôr à votação a **Proposta nº 373/2015**. Não há votos contra, não há abstenções, a **Proposta nº 373/2015 foi aprovada por unanimidade**.-----

----- A recomendação 3/77 é uma Recomendação conjunta no sentido dos relatórios de execução serem remetidos à Câmara, que sejam devidamente cabimentadas as dotações que foram aqui referenciadas e, portanto, é isto que vamos pôr à votação.-----

----- Vamos pôr à votação a **Recomendação n.º 3/77** resultante do Parecer conjunto da 1ª e 5ª Comissões Permanentes sobre as 9 Propostas do Pacote “Delegações de Competências em Juntas de Freguesia. Não há votos contra, não há abstenções, a **Recomendação n.º 3/77** foi aprovada por unanimidade.-----

----- Senhores Deputados, chegámos ao fim dos nossos trabalhos, lembro que de hoje a 8 dias temos uma sessão de perguntas à Câmara, os temas já foram recebidos e já foram enviados para o Senhor Presidente da Câmara e vamos ter uma sessão animada porque há de facto muitas perguntas para serem feitas à Câmara.-----

----- Muito obrigado a todos por estarem presentes.”-----

----- A sessão terminou, eram dezoito horas e trinta minutos.-----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014.-----

-----A PRESIDENTE-----